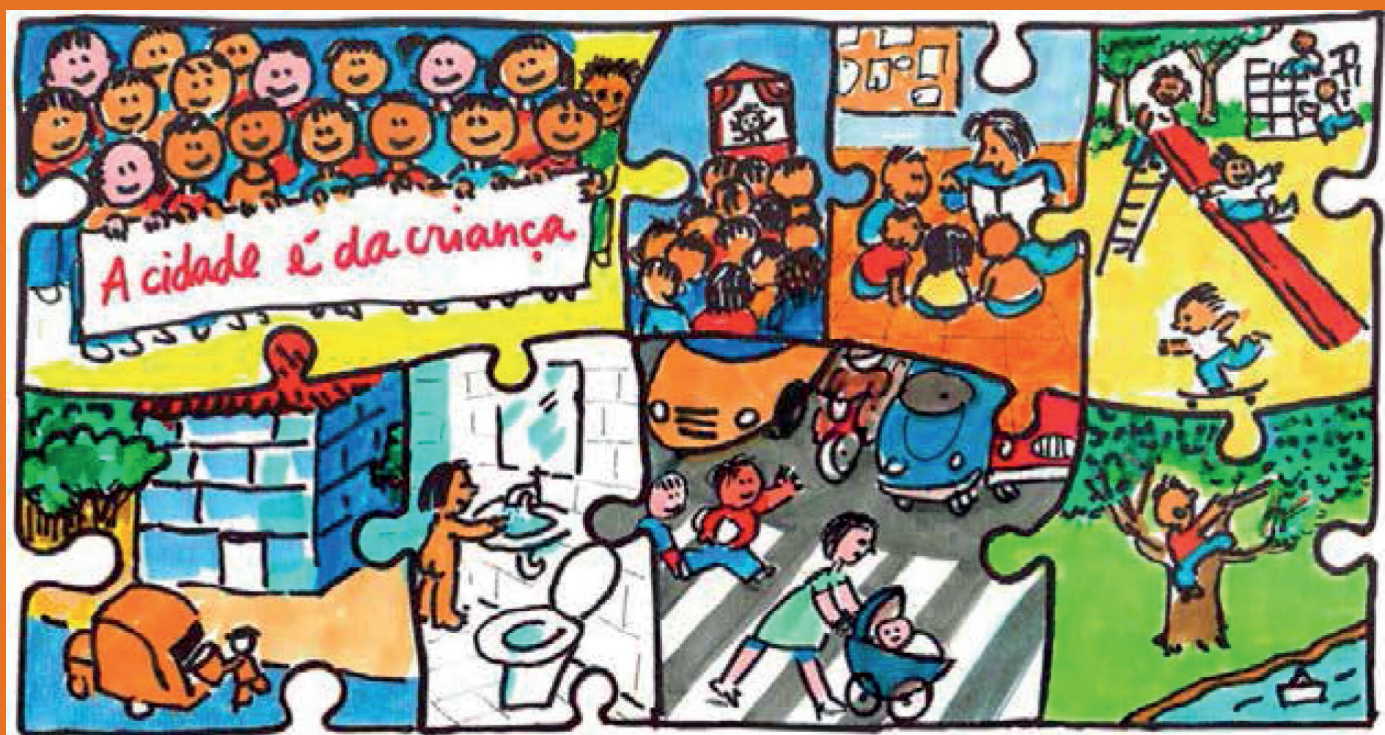


A criança e o espaço

a cidade e o meio ambiente



REALIZAÇÃO

Rede Nacional Primeira Infância
Secretaria Executiva RNPI/CECIP – Triênio 2015 – 2017

CECIP Centro de Criação de Imagem Popular

Diretor Executivo Claudius Cecon
Diretora Administrativa Dinah Frotté
Coordenadora de Projetos Claudia Cecon
Coordenador Financeiro Elcimar Oliveira
Apoio Marcelo Avance, Laura Rodrigues, Sirlene Alves, Néia Oliveira e Olívia Lopes

Secretaria Executiva RNPI / CECIP 2015-2017

Coordenadores Claudius Cecon e Maria Mostafa
Comunicação Rosa Maria Mattos
Equipe Isabella Gregory, Simone Valadares e Verena Dolabella
Assessor para Assuntos Legislativos Vital Didonet

FICHA TÉCNICA

Projeto Editorial Secretaria Executiva RNPI / CECIP 2015 - 2017

Pesquisa e texto Juliana Câmara

Consultoria técnica Vital Didonet

Edição de texto Claudius Cecon

Produção editorial Isabella Gregory

Ilustrações Claudius Cecon

Projeto gráfico site Ícaro Carvalho

Projeto gráfico publicação Shirley Martins

As fotografias utilizadas nesta publicação foram cedidas pelos projetos entrevistados.

Colaboradores

Ana Carol Thomé - Ser Criança É Natural

Ana Oliva Marcílio - Avante

Assessoria Técnica Usina

Carlos Laredo - Cia de Teatro La Casa Incierta

Carolina Barreiros - grupo de estudos em mobilidade Apê

Carolina Drugg - Programa Primeira Infância Melhor

Carolina Tarrío - Movimento Boa Praça

Clarice Cardell - La Casa Incierta

Fernanda Heinz Figueiredo - documentário Sementes do Nosso Quintal

Gabriela Guida de Freitas - ONG Criança Segura

Irene Quintáns - Red Ocara

Kenia Fontoura - Programa Primeira Infância Melhor

Laís Fleury - Projeto Criança e Natureza

Lea Tiriba - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Liliana Lugarinho - Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis

Luiz André Cherubini - Grupo de Teatro Sobrevento

Luiza Lins - Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis

Luzia Laffite - Ifan

Lydia Hortélio

Mariana Koury - Cecip, Projeto Criança Pequena em Foco

Marilena Flores - IPA Brasil

Miguel Rodríguez Cruz - Basurama Brasil

Nayana Brettas - CriaCidade, Projeto Criança Fala

Rafaella Basile - Cidade Ativa

Renata Meirelles - Projeto Território do Brincar

Renate Keller - Associação Comunitária Monte Azul

Rose Queiroz - militante do movimento de moradia em São Paulo

REALIZAÇÃO



SECRETARIA EXECUTIVA RNPI
(TRIÊNIO 2015-2017)



APOIO



Instituto C&A

A criança e o espaço: a cidade e o meio ambiente

Sumário

A	Introdução -----	5
	A Criança e o Espaço: a cidade e o meio ambiente -----	5
B	Eixos -----	7
	1. Participação infantil na cidade -----	7
	2. Mobilidade e circulação na cidade -----	11
	3. Interação das crianças com a natureza -----	16
	4. Espaços de brincar, educação e cultura -----	21
	5. Moradia e saneamento básico -----	27
C.	Experiências inspiradoras -----	35
	Associação Comunitária Monte Azul -----	37
	Associação União da Juta -----	39
	Basurama Brasil -----	41
	Caminho Escolar de Paraisópolis -----	43
	Clubes Natureza em Família -----	45
	Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério -----	46
	Criança Pequena em Foco -----	48
	Exploradores de Rua -----	51
	Grupo Sobrevento -----	53
	Instituto da Infância -----	55
	La Casa Incierta -----	57
	Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis -----	59
	Movimento Boa Praça -----	61
	Olhe o Degrau -----	63
	Primeira Infância Melhor -----	65
	Programa de Capacitação no Brincar -----	67
	Sementes do Nosso Quintal -----	68
	Ser Criança é Natural -----	70
	Território do Brincar -----	72
	Vozes da Cidade: Crianças e Adolescentes Participando da Construção de Salvador -----	74
D.	Considerações finais -----	76
E.	Para saber mais -----	77
F.	Referências -----	80



Ilustração: Claudius

Introdução

Em geral, os espaços naturalizados como lugares da infância são a casa e a escola, no âmbito privado; e parques, praças e brinquedotecas, no público. Mais do que locais externos, no entanto, os espaços públicos são aqueles que comportam a organização física, política e cultural da sociedade, sendo a cidade o local primeiro da experiência da cidadania.

As crianças de 0 a 6 anos são cidadãos plenos no presente, e não apenas sujeitos em construção. Se forem tratadas como tais nas cidades onde vivem, a intensidade que caracteriza o desenvolvimento na primeira infância será marcada por uma vivência social de tamanho impacto, que poderá tornar os espaços onde vivemos mais saudáveis e justos, não apenas no futuro, mas já nos dias atuais. Nesta perspectiva, a relação dos pequenos com o ambiente físico e com a organização cultural e política da vida nos municípios é central.

Ciente disso, a Rede Nacional Primeira Infância elaborou este documento, com o objetivo de apoiar os gestores públicos na elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância, no que diz respeito à ação finalística “A Criança e o Espaço: a cidade e o meio ambiente”, do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI). Este plano foi apresentado ao governo em 2010, tem 13 ações finalísticas e prazo até 2022 para ser implementado. Para serem atingidas, as metas dispostas no documento dependem da elaboração e implementação de planos em nível municipal, estadual e distrital, referindo-se à primeira infância.

A efetivação dos direitos da infância e a viabilização de uma vivência marcada pela experiência da cidadania nas cidades dependem de ações e de políticas públicas que sejam multi e intersetoriais. Esta é uma abordagem que se faz presente ao longo deste documento. Outro princípio norteador

da publicação é o da participação infantil. Embora em tempos e linguagens diferentes das usuais na vida adulta, as crianças são perfeitamente capazes de opinar sobre o que querem ou não em suas cidades. É um direito dos pequenos ser incluídos nos processos de tomada de decisões que dizem respeito a suas vidas nas cidades onde vivem.

Os capítulos deste texto estão divididos da seguinte forma:

1. Participação infantil na cidade;
2. Mobilidade e circulação;
3. Interação das crianças com a natureza;
4. Espaços de brincar, educação e cultura;
5. Moradia e saneamento.

A intenção é mostrar como a relação entre diferentes aspectos da vida social na cidade podem fazer dos espaços locais de formação educadora e cidadania constante. Em cada capítulo, há sugestões de iniciativas a serem adotadas na concepção das políticas públicas municipais para a infância, além de histórias inspiradoras de projetos e experiências que têm dado certo Brasil afora.

A Criança e o Espaço: a cidade e o meio ambiente

O modelo de desenvolvimento que se impôs no mundo ocidental e no Brasil sacrifica o meio ambiente, gera desigualdades econômicas e sociais, e valoriza um estilo de vida que preza mais o consumo do que a convivência humana. Isso impacta diretamente as vidas das crianças. Em geral, as ruas das cidades, em vez de espaços para a brincadeira e o contato com o ar livre e o meio ambiente, se constituíram como rotas de passagem para veículos. Essa realidade associada à falta de árvores

em algumas regiões, especialmente nas periferias dos municípios, gera níveis de poluição prejudiciais à saúde da população. A insegurança viária e urbana, e a falta de infraestrutura para pedestres nas vias não favorecem os passeios, as brincadeiras e a locomoção a pé, que fazem bem para a saúde e ajudam a reforçar os laços de identidade e pertencimento das crianças com os locais onde vivem.

As consequências da falta de cuidado com o meio ambiente deixaram de ser uma preocupação futura e já comprovaram seu potencial de causar danos graves à vida humana. Neste processo, as famílias mais pobres sentem profundamente os efeitos de enchentes, deslizamentos e secas. A falta de moradias seguras e adequadas, atendidas por serviços eficientes de saneamento, e a ocupação irregular do solo têm feito vítimas pelo país afora. Quando não são doenças, são desastres associados a fenômenos naturais.

Para reverter este quadro, decisões políticas de impacto sobre as condições ambientais são fundamentais, mas educar as crianças sobre a preservação da vida natural é indispensável. Na urgência com que se coloca a educação ambiental, não adianta apenas falar para as crianças sobre a importância da natureza. Elas precisam vivenciá-la, para querer preservá-la. Os municípios brasileiros devem criar condições para isso, proporcionando o contato dos pequenos com a vida orgânica em todos os espaços que dizem respeito à infância no município. Priorizar a recuperação de áreas degradadas e construir praças e parques com natureza

abundante são medidas importantes, mas não bastam: é preciso gerar soluções criativas para promover um desenvolvimento que seja verdadeiramente sustentável.

A natureza deve ser o local privilegiado da educação e do brincar das crianças, mas, a partir dela, a efetivação desses direitos precisa se estender para fora de áreas verdes, escolas e espaços reservados às atividades infantis. Proporcionar a experiência do aprendizado constante, ultrapassando os muros da escola, e garantir o direito ao brincar, tão caro ao desenvolvimento infantil, é papel de um município que se quer educador. A iniciativa de Cidades Educadoras, apresentada neste documento e iniciada em 1990 na Espanha, tem 15 municípios brasileiros participantes e vê todos os espaços urbanos com potencial de estimular a formação humana. Desta forma, espaços e atividades que foram naturalizados como exclusivos dos adultos se integram às instituições de ensino e ganham uma nova concepção. A cultura formal, quando destinada às crianças, perde o caráter de entretenimento e se coloca como ferramental central do desenvolvimento infantil.

Todos esses aspectos são aprofundados e contextualizados com a situação da primeira infância no Brasil no texto que segue. Com ele, queremos contribuir para que os gestores encontrem caminhos para desenvolver políticas urbanas integrais e integradas em suas cidades. E que, ao garantir a efetivação dos direitos e da cidadania das crianças, esses municípios possam se tornar melhores, não só para os pequenos, mas para todos os seus habitantes. Boa leitura!



1 Participação infantil na cidade

A participação infantil está prevista no Brasil pela Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas, da qual nosso país é signatário, assim como pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Os dois documentos versam sobre a necessidade de escutar as crianças sobre todos os processos que lhes dizem respeito. Mais recentemente, o Marco Legal da Primeira Infância, aprovado em 2016 pelo Congresso Nacional, também defende a importância da participação dos pequenos.

As crianças são cidadãs com plenos direitos e não apenas sujeitos em construção para um futuro indeterminado. Como tais, são aptas a exercer o direito à participação nos processos de tomada de decisões que as impactam individual ou coletivamente. Esta visão deve guiar a formulação e implementação de políticas públicas, assim como a gestão de todos os equipamentos e serviços utilizados pelos pequenos numa cidade. Deve orientar o trabalho de prefeitos, secretários e técnicos. O espaço para as crianças dialogarem com o poder legislativo local também deve ser garantido.

Educação, saúde, transporte, lazer, cultura, assistência social e habitação estão entre os temas cujos responsáveis numa cidade mais precisam ouvir as vozes das crianças. Para isso, é fundamental a sensibilização de prefeitos, subprefeitos e secretários, assim como o diálogo dos tomadores de decisão com os profissionais que atuam diretamente no atendimento aos pequenos. Em educação, saúde e assistência social, por exemplo, são as pessoas que estão na ponta dos serviços, lidando com a população, que precisam ser capacitadas para escutar as crianças de forma acolhedora dentro dos equipamentos públicos. A presença de crianças nos Conselhos Municipais também é desejável.

Também no legislativo, as comissões referentes aos temas tocantes à primeira infância devem buscar ouvir as vozes dos pequenos. O diálogo com associações e organizações da sociedade civil com experiência e militância no tema da participação infantil é fundamental. Elas podem atuar mediando a relação dos poderes municipais com as crianças nos bairros e comunidades.



Algumas dessas iniciativas estão em curso no Brasil. Em Santo André, São Paulo, moradores de 2 a 10 anos apresentaram suas demandas ao Planejamento e ao Orçamento Participativos, além de formarem um conselho mirim com 280 crianças. Como resultado, a prefeitura promoveu uma ação inclusiva, levando acessibilidade às escolas municipais e beneficiando cerca de 500 crianças com deficiência. A iniciativa rendeu a nomeação de Destaque Nacional da 5ª Edição do Prêmio Prefeito Amigo da Criança, concedido pela Fundação Abrinq, ao prefeito Carlos Grana. Na capital paulista, a gestão municipal iniciou a substituição das lâmpadas convencionais por lâmpadas de led pelas ruas da periferia, para ir chegando aos poucos em direção ao centro da cidade. Isso aconteceu por influência dos pequenos, cuja participação se deu no âmbito do programa São Paulo Carinhosa.

A elaboração do Plano Nacional pela Primeira Infância incluiu a escuta de crianças com idade entre 3 e 6 anos em todo o país. Com o emprego de técnicas de avaliação psicopedagógicas, elas puderam falar o que consideram importante em suas vidas, do que precisam e do que não podem ficar privadas. O resultado foi a construção do primeiro plano referente à infância no Brasil que expressa as vozes das crianças. Na esfera local, os planos municipais de Nova Iguaçu (RJ), do Rio de Janeiro (RJ) e de Fortaleza (CE), além do distrital em Brasília (DF), também se basearam na participação infantil.

As crianças expressam suas necessidades, dúvidas, incertezas, convicções e opiniões de diversas formas: utilizando a fala, mas também olhares, semblantes, danças, músicas, desenhos, brincadeiras, faz de conta... São infinitas formas de dizer. Basta que os adultos estejam prontos a ouvir e dialogar.

A primeira etapa da participação é a escuta das crianças. Em seguida, o debate a respeito das demandas apresentadas, a negociação sobre o que será possível implementar e a manutenção do diálogo constante sobre o andamento dos projetos, ou seja, o monitoramento. Mesmo quando não é possível adotar as sugestões apontadas pelos pequenos, é preciso que eles saibam que os adultos os consideraram e o que fizeram com as informações obtidas.

A escuta, por si só, pode ser um método de melhoria da qualidade do atendimento às crianças. Na saúde, a experiência dos Doutores da Alegria mostra que a adoção de técnicas de escuta infantil mudou a forma como muitos pacientes percebiam suas próprias doenças. Na sala de aula, as atividades desenvolvidas para a escuta podem ser ferramentas para potencializar o aprendizado. Nos Conselhos Tutelares, elas podem ajudar a construir a confiança dos pequenos em situação de vulnerabilidade.

Para ouvir uma criança, é preciso conectar-se com ela, colocar-se de igual para igual. Os formatos de metodologia são variados, mas é importante que respeitem alguns parâmetros. A linguagem deve dialogar com o contexto em que a criança está inserida, assim como respeitar sua idade. Oficinas que incluem desenhos, brincadeiras e contação de histórias são algumas das opções. As sessões também não podem ser muito longas, para respeitar o tempo dos pequenos, nem acontecer em intervalos muito grandes, pois as crianças precisam estabelecer um vínculo de confiança com quem opera e com a própria dinâmica. Quanto mais jovem for o grupo, mais breves devem ser as oficinas e maior deve ser a periodicidade em que elas acontecem. Outro ponto importante é que as escutas devem se dar nos locais

onde as crianças se sentem à vontade. Não adianta levá-las para a Câmara Municipal: elas vão se sentir intimidadas e, dificilmente, as sessões de escuta serão satisfatórias. O poder municipal tem diversas instâncias com inserção nos bairros e comunidades que podem implementar as escutas às crianças nos ambientes familiares.

Por fim, é importante dizer que a valorização da participação infantil não é sinônimo de exclusividade da mesma. O direito das

crianças de ser incluídas no planejamento e execução da gestão municipal se soma aos de outros grupos sociais. É papel do poder público equilibrar as diversas demandas, sempre mantendo o diálogo com a população, e sem perder de vista o objetivo de construir uma cidade onde o exercício da cidadania seja pleno.

A seguir, listamos algumas sugestões de iniciativas para efetivar o direito à participação infantil em seu município.

COMO FAZER



Disseminar informações sobre a participação infantil como direito

Falta informação sobre o direito à participação infantil na sociedade. Um esforço conjunto entre governos e sociedade civil deve se traduzir numa maior conscientização sobre o tema. Em última instância, a participação deve-se dar em todos os ambientes onde os pequenos estão inseridos, inclusive em casa. Estimular a reflexão a respeito do assunto pode ser um primeiro passo para que as crianças tenham seu direito efetivado em todas as esferas de suas vidas.

Promover a participação infantil nos órgãos legislativos e executivos

Inserir espaços e metodologias de escuta infantil nas instâncias de governança relativas ao poder municipal é um primeiro passo. Prefeitura, subprefeituras, secretarias e comissões legislativas devem incluir a participação em seu modo de trabalhar. Na cidade de Rosário, na Argentina, por exemplo, o Conselho das Crianças lhes garante espaço para aconselhar o prefeito sobre quais decisões lhes parecem mais acertadas. Para que a escuta se reverta em participação, no entanto, é importante que o diálogo entre o poder público e as crianças seja fluido e contínuo.

Promover a participação em espaços como conselhos tutelares, escolas e hospitais.

Esses são espaços primeiros de atendimento às crianças nas cidades. Os Conselhos podem prever mecanismos que incluam a participação desde as denúncias até a resolução dos conflitos e problemas em que os pequenos em situação de vulnerabilidade estão inseridos. É também fundamental que as escolas e as creches proporcionem espaços de escuta e participação dos alunos, dialogando com seus desejos e olhares, e aproximando-se das realidades dos estudantes. O principal espaço de participação das crianças nas escolas é o

Grêmio, com os representantes de turma. Além disso, algumas instituições de ensino formam conselhos de alunos que discutem sobre o funcionamento da instituição. Já os hospitais devem buscar ouvir como as crianças vivenciam o atendimento. Isso impacta no tratamento e no que pode ser feito diferentemente para melhorar a qualidade. Médicos e enfermeiros precisam ser capacitados, e adotadas dinâmicas de escutas que se adequem à rotina e realidade de cada local.

Investir na formação de profissionais para realizar escuta infantil

Como parte do processo de conscientização e sensibilização, os profissionais que trabalham diretamente com crianças precisam de formação específica para realizar oficinas que respeitem e empoderem as crianças. Professores, agentes de saúde, conselheiros tutelares, assistentes sociais e psicólogos, entre outros, são exemplos destes profissionais que estão na linha de frente do trabalho com infância e precisam passar por formação.

Prover estrutura orçamentária e logística

Uma vez que os profissionais sejam sensibilizados e formados, eles precisam ter condições de implementar metodologias e processos que garantam a participação infantil. Para isso, são necessários espaços físicos, disponibilidade de tempo, com a inserção das atividades referentes à participação nos planos de trabalho dos profissionais, e orçamento.

Promover a participação infantil nos Conselhos Municipais

Os Conselhos Municipais são espaços centrais de participação social e também devem levar em consideração as vozes das crianças. As sessões de escuta acontecem nos espaços familiares às crianças, mas os resultados podem ser apresentados aos Conselhos por representantes apontados pelos pequenos.

Estreitar o diálogo com a sociedade civil

Associações e organizações da sociedade civil que atuam pela primeira infância têm um histórico importante de reflexão sobre a participação infantil. O poder público precisa dialogar cada vez mais com essas instituições, para aprofundar a reflexão sobre o tema, ouvir demandas e, quando pertinente, estabelecer parcerias.



2 Mobilidade e circulação na cidade

Numa simples caminhada pelo bairro, uma criança se exercita, conversa com o responsável que a acompanha, reconhece as pessoas que vivem e trabalham ali, pode encontrar algum amiguinho, ter contato com árvores e plantas e desfrutar da sensação do sol tocando em sua pele e do vento batendo em seus cabelos. Além de melhorar a saúde infantil, estas experiências trazem identificação com o espaço e a comunidade onde os pequenos estão inseridos, aspectos centrais no desenvolvimento humano.

A vivência de transitar pelas ruas, no entanto, é cada vez mais rara para as crianças brasileiras, especialmente as que vivem em cidades de grande e médio porte. O estilo de vida acelerado e o medo da violência fazem com que muitas famílias prefiram o transporte em carro particular e restrinjam os passeios a espaços fechados, como os shoppings. As ruas privilegiam os veículos, em detrimento dos pedestres.

Se para os adultos andar pelas calçadas é, muitas vezes, tarefa difícil, devido aos carros estacionados, buracos e lixo espalhado,

imagine para uma criança de até 6 anos e 1,10 metro de altura? Tudo dobra de tamanho e se torna um verdadeiro obstáculo. As placas também não são pensadas para informar o caminho aos pequenos: é preciso esticar bastante o pescoço, para descobrir onde se está. As calçadas são grandes passarelas de concreto cinza, com poucas árvores, o que não é convidativo para uma caminhada num dia de sol quente.

As vias brasileiras são perigosas, tanto para as crianças que estão dentro, quanto para as que estão fora dos veículos. Acidentes de trânsito são a causa líder de mortes por acidentes na faixa etária de zero a 14 anos no Brasil. Em 2013, 535 crianças morreram como passageiras de veículos e, em 2014, 1.770 foram hospitalizadas, segundo o Ministério da Saúde. Em 2012, a região Sudeste liderou no número de mortes no trânsito de crianças de até 9 anos de idade, sendo seguida pelo Nordeste.

Entre as classes de renda mais baixa, os determinantes sociais tornam a situação ainda mais cruel, de acordo com a



Sociedade Brasileira de Pediatria: há mais atropelamentos em zonas pobres, onde há muitas crianças, tráfego intenso, muitos carros estacionados, ruas de mão dupla, iluminação pública insuficiente, menor policiamento e pouco controle da velocidade dos veículos. Nestas circunstâncias, ir a pé para a escola sem a companhia de um adulto, por exemplo, aumenta em até dez vezes a chance de uma criança ser atropelada.

A violência urbana também vitima nossas crianças. E, por precaução, as famílias que podem pagar acabam privilegiando o automóvel para a locomoção e os espaços privados para passeios e brincadeiras. As que não podem, e são maioria no país, ficam mais restritas ao lazer em casa, onde as crianças costumam estar muito expostas à TV. Para circular pela cidade, dependem do transporte público, mas este, em grande parte das vezes, é lotado, escasso, de baixa qualidade e não projetado para a acessibilidade infantil. Além disso, a predominância dos ônibus como principal meio de transporte público no Brasil, agrava os congestionamentos e a poluição do ar, impactando também a saúde das crianças com doenças respiratórias e alergias.

Cidades que não têm crianças nos espaços públicos, seja passeando, brincando ou simplesmente andando, devem refletir sobre

o que é qualidade de vida de seus habitantes. Para mudar este quadro, a infraestrutura e a segurança viárias, a acessibilidade das ruas, o modelo de transporte público predominante e a oferta de espaços de convivência precisam ser repensados e novamente planejados. É urgente que os municípios brasileiros promovam uma transformação que envolva uma mudança de paradigma: tratar o espaço público como o lugar prioritário para as pessoas, garantindo o direito à cidade para crianças e adultos. Algumas experiências de projetos focados na mobilidade para a infância têm acontecido no Brasil e no mundo, e podem nos servir de inspiração.

Desde os anos 1990, o dia 7 de outubro é o Dia Nacional de Caminhar para a Escola nos Estados Unidos e na Inglaterra, países onde os projetos do caminho escolar já existem. Essas iniciativas consistem em estimular que o percurso casa-escola seja feito a pé pelas crianças, sozinhas ou em grupo, com ou sem adulto, dependendo da idade, mas com a garantia de segurança e participação da comunidade. Comerciantes e moradores dos bairros são mobilizados para observar as crianças, garantindo a segurança e também o reforço dos laços comunitários. No Brasil, em Paraisópolis, São Paulo, um projeto piloto de caminho escolar beneficiou 8.500 alunos, privilegiando os pedestres e garantindo a

participação de todo o bairro. A iniciativa ganhou o prêmio Mobilidade Minuto 2014.

Os caminhos escolares são uma entre muitas opções para melhorar a mobilidade infantil nas cidades. As crianças também devem desfrutar de ruas mais bem iluminadas, sinalizadas e arborizadas, que levem a espaços de lazer e convivência comum, perto de suas casas, onde não estejam expostas a riscos.

A seguir, serão apontadas sugestões de medidas para inspirar iniciativas. No entanto, antes disso, é preciso destacar três aspectos importantes:

1. Cada território e cada cidade têm suas características específicas, e é

fundamental levá-las em consideração na hora de elaborar políticas públicas e projetos.

2. Nenhuma política pública pode ser pensada de forma compartimentada. No caso da mobilidade, é preciso integrar secretarias como as de Desenvolvimento Urbano, Transportes e Educação, além de Saúde, Esporte e Lazer, dependendo dos focos que os projetos desenvolvidos terão.
3. Por fim, iniciativas voltadas para a infância devem ser construídas em conjunto com toda a comunidade, inclusive e principalmente as crianças.

COMO FAZER



Realizar um planejamento urbano que seja inclusivo e democrático

Promover o acesso seguro das famílias de todas as classes sociais aos equipamentos públicos, especialmente espaços onde as crianças possam andar e correr livremente, e estar em contato com a natureza, sem precisar atravessar a cidade para isso, também é política de mobilidade. Prever a criação de ambientes como parques inclusivos, playgrounds, centros comunitários de esporte e praças acessíveis a toda a cidade, são formas de concretizar tais medidas. Estes equipamentos públicos devem estar distantes de vias com tráfego intenso de veículos. A criação desses espaços e a participação em seu planejamento são direitos da população. Os resultados serão infinitamente melhores, pois todos irão cuidar do que ajudaram a realizar.

Ouvir as crianças sobre suas percepções e necessidades

O primeiro passo para pensar mobilidade e circulação para a primeira infância na cidade é ouvir o que as crianças têm a dizer. As escolas e creches são espaços estratégicos para promover escutas sobre o tema.

Trabalhar em conjunto com os governos estaduais e federal para melhorar a segurança pública

A violência urbana tem impactos sobre as famílias brasileiras de diferentes maneiras. Seja pelo medo ou pela experiência de passar

por uma situação traumática, o tema da segurança pública toca diretamente a vida de todos os cidadãos. Se o policiamento é dever dos governos estaduais, as prefeituras podem criar estratégias de trabalho comum e também de incentivo à educação, à geração de emprego, além de estimular a ocupação das praças e ruas pela população, o que inibe atos de violência. Realizar eventos para as comunidades, incentivar o comércio e universalizar a iluminação pública são medidas que têm resultados importantes na diminuição dos índices de violência.

Privilegiar o investimento em meios de transporte público alternativos ao rodoviário convencional

Em muitas cidades, o poder público incentiva o modelo rodoviário convencional por meio de estratégias como incentivos fiscais. Esta é uma política que deve ser mudada. Além do risco elevado de acidentes e os congestionamentos cada vez maiores nas cidades brasileiras, veículos automotores são extremamente poluentes quando comparados a outros meios, como metrô e trem, ou mesmo ônibus híbridos. Mudar a matriz de transporte público nas cidades é uma medida que tem custo e que demanda planejamento e tempo. Ela precisa ser priorizada e receber investimentos por parte dos governos locais num esforço conjunto que abrange todo o país, na realização de modelos sustentáveis.

Elaborar programas de incentivo aos caminhos escolares

Sua elaboração deve necessariamente envolver toda a comunidade escolar: estudantes, pais, professores, moradores e comerciantes dos bairros. As calçadas e placas precisam ser acessíveis e o trânsito deve ser reorganizado para garantir o ir e vir das crianças em segurança. Na primeira infância, é importante que um adulto acompanhe as crianças. Isso é indispensável até que elas tenham condições de fazer as rotas sozinhas.

Criar caminhos agradáveis, acessíveis e inclusivos

Os caminhos feitos pelas crianças precisam ser agradáveis e inclusivos. O poder público pode identificar as rotas mais importantes para elas, como o caminho da escola ou da praça de determinado bairro, e adaptar as condições nesses espaços para que eles sejam acessíveis à mobilidade dos pequenos. Isso pode incluir a sensibilização e envolvimento dos comerciantes das ruas por onde elas passam, a arborização, e a instalação de bancos para descanso e placas com altura que permitam as crianças lerem.

Promover a educação viária

A realização de campanhas na mídia, nos equipamentos públicos estratégicos e nas escolas é um meio de educar pedestres, inclusive as crianças, e principalmente motoristas. Isso comprovadamente resulta na diminuição do número de acidentes no trânsito. Campanhas educativas voltadas especialmente para os pais também são importantes ferramentas aliadas, que têm se revelado eficientes, melhorando os níveis de supervisão dos adultos, bem como sua atitude como modelos de comportamento seguro.

Melhorar a segurança viária

Exemplos de medidas são a redução dos limites de velocidade; o ajuste do tempo semafórico em prol dos pedestres; a adoção de estratégias de trafficcalming (instrumentos que obrigam o condutor a reduzir a velocidade quando se aproxima das faixas de pedestres, como uso de placas, radares e quebra-molas); o aumento da fiscalização de trânsito na cidade como um todo e especialmente próximo a escolas ou regiões de periferia onde há muitas crianças brincando nas ruas; o desvio de tráfego nas proximidades das escolas; a priorização de vias com mão única e com estacionamento limitado próximo às calçadas; e a construção de passarelas sobre vias de fluxo mais pesado e de cercas impedindo o cruzamento em outros pontos.

Melhorar a urbanização

É preciso cuidar melhor do estado das calçadas, não deixando que haja buracos ou acúmulo de lixo, facilitando a mobilidade das pessoas em todas as idades, pensando especialmente em carrinhos de bebês e cadeirantes. Outro ponto importante é reforçar a infraestrutura para pedestres em cruzamentos, vielas, pontes, escadarias e viadutos.

Incentivar e conscientizar sobre o uso de cadeirinhas de retenção infantil nos veículos

O uso das cadeirinhas é obrigatório por lei. Os municípios podem conscientizar a população sobre sua importância, a adequação do equipamento à idade das crianças, e promover a fiscalização permanente.

Fechar ruas para a passagem de veículos onde há grande número de crianças brincando

Em diálogo com a comunidade, os gestores devem identificar vias que podem ser fechadas para se tornar pontos de lazer e convívio social em dias específicos, como feriados e fins de semana.

Ampliar o acesso a transporte escolar na rede municipal

Os projetos de caminhos escolares devem ser uma opção para as crianças e famílias que quiserem aderir. Quando não houver condições ou vontade, a criança tem o direito ao acesso de transporte escolar de qualidade e seguro oferecido pela rede pública, a fim de evitar que, ainda despreparadas, caminhem sozinhas para a escola e se coloquem em risco. Ao contratar o serviço, a prefeitura deve exigir o credenciamento e a licitação do transporte escolar, que sejam utilizados veículos seguros e que tenham monitores – há um modelo de micro-ônibus, destinado ao transporte infantil, certificado pelo Inmetro, e há requisitos impostos pelo DENATRAN.

Fiscalizar o transporte de crianças em motocicletas

É proibido transportar na garupa de uma moto criança menor de 7 anos ou sem condições de cuidar de sua própria segurança. Crianças com pés ou braços engessados não podem ser transportadas. O uso do capacete no tamanho certo para a criança que será levada é obrigatório.

Criar espaços seguros para o uso de bicicletas

A brincadeira com bicicletas, patins, patinetes, skates, entre outros, deve acontecer em locais seguros, como parques, ciclovias e praças, fora do fluxo de carros. Nesses espaços, é importante ter sinalização lembrando a obrigatoriedade do uso de capacetes. Segundo o Ministério da Saúde, em 2013, 113 crianças de até 14 anos morreram e, em 2014, 2.287 foram hospitalizadas vítimas de acidentes com bicicletas. Segundo dados divulgados pela ONG Criança Segura, o uso de capacete pode reduzir o risco de lesões na cabeça em até 85%.



3 Interação das crianças com a natureza

As crianças brasileiras, em sua maioria, crescem em contextos urbanos: 84% da população vive hoje em cidades, de acordo com o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O processo de urbanização acelerado pelo qual o país passou nas últimas décadas não deixou muito espaço para o planejamento: o bem-estar da população, em geral, sucumbiu à especulação imobiliária. Terrenos livres são considerados espaços para novas construções. Sobre o verde, prevalece o cinza.

Mesmo nas áreas rurais, o apreço pela natureza anda escasso. A priorização de um modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro, baseado na grande propriedade, na monocultura e no uso indiscriminado de agrotóxicos, tem impactado a qualidade dos solos, das águas e do ar. Com isso, os pequenos agricultores perdem a possibilidade de sobreviver do seu trabalho em suas terras e acabam optando por migrar com suas famílias. Quando chegam aos centros urbanos, a periferia é o local de destino. Ali, em geral, há poucas árvores e espaços de lazer. A qualidade de vida nas cidades fica

restrita a quem pode pagar para morar perto de praias, lagos, lagoas ou parques naturais. O transporte público não facilita o acesso aos mais pobres. Neste modelo, as áreas naturais viram mais um lugar de segregação, em vez de proporcionar a empatia do encontro, a convivência entre os diferentes e a tolerância.

As crianças estão cada vez mais cercadas de concreto e vidro, em seus condomínios, restritas aos espaços interno, onde predominam as telas de televisão. O Censo de 2010 mostrou que o eletrodoméstico está presente em mais de 95% dos lares brasileiros. Em média, as crianças passam 5h35min em frente à TV todos os dias, segundo o IBOPE. Um documento divulgado pela Children & Nature Network traz uma pesquisa que coloca o Brasil na lista dos três países onde as crianças exploram a natureza com menos frequência.

Como consequência, a natureza se torna cada vez mais abstrata para os pequenos. Queremos ensiná-los a preservar o meio ambiente, mas fazemos isso dentro de salas de aula fechadas ou por meio de

joguinhos eletrônicos que se querem didáticos. Mesmo parques, jardins, praças e parquinhos são, muitas vezes, cimentados e impermeabilizados. Enquanto isso, o desmatamento avança em níveis alarmantes. Apesar de vivermos no país com a maior bacia hidrográfica do mundo, corre risco de faltar água em nossas casas. A educação ambiental precisa sair da teoria e se materializar em elementos que integrem a vida das crianças desde suas primeiras experiências sensoriais.

Proporcionar a interação com a natureza desde a primeira infância é respeitar nossa aptidão natural como seres humano, uma espécie entre tantas outras, de se conectar com tudo aquilo que é orgânico e que também contém vida. Fica evidente quando observamos as crianças brincando num parque, por exemplo: elas se lançam apaixonadamente à água, à areia e à terra; querem tocar as árvores, cheirar as flores, comer as frutas e interagir com os animais. A atração pela vida ao ar livre – a vontade de estar na chuva, misturar-se com a lama, subir na árvore – está relacionada ao poder de afeição que o mundo natural exerce sobre os humanos.

Pesquisa realizada pela Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, em 2012, mostra que as múltiplas possibilidades

de experiências e descobertas que as crianças vivenciam quando elas estão junto à natureza favorecem seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico em todas as etapas da infância. Tornam-nas mais saudáveis, com os sentidos mais aguçados e sensibilidade à diversidade social e ambiental que está ao redor. O meio natural estimula a utilização total dos sentidos e a criatividade, e além de tudo, previne doenças. Por permitir a livre movimentação, é um antídoto contra a obesidade. Ao exercitar a visão a longa distância e pluridimensional, ajuda a evitar a miopia, comprova estudo da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade de Sydney, na Austrália. A exposição ao sol combate a deficiência de vitamina D, favorecendo a absorção de cálcio pelo organismo. Artigos publicados nas revistas especializadas *Environment and Behavior* e *Journal of Attention Disorders* em 2003 e 2008, respectivamente, indicam que passar tempo em contato com a natureza contribui na redução do estresse, no tratamento da depressão e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Saúde, em 2010, o Brasil era o segundo maior mercado mundial de ritalina, droga usada no tratamento do TDAH, que pode causar dependência física e psíquica.

Imagem: Projeto Criança e Natureza



A criança e o espaço: a cidade e o meio ambiente

As crianças que brincam ao ar livre com regularidade e de forma espontânea são mais capazes de conviver com as outras e são mais felizes, apresentando maior resiliência e capacidade de lidar com as adversidades da vida, uma vez que têm a autonomia de escolher os riscos que querem correr, gerenciá-los e aprender com eles, afirmam os pesquisadores Susan Herrington, da Universidade de British Columbia, e William Pickett, da Queen's University, ambas no Canadá. Além disso, texto divulgado no *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics* em 2002 aponta que quem cresce em contato com a natureza é mais ativo fisicamente e mais consciente de sua alimentação. Todas essas características são fundamentais num mundo que vem experimentando profundos desequilíbrios nos planos social, ambiental e pessoal.

Para viabilizar a interação com a natureza desde a primeira infância nas cidades é preciso ir além da construção de parques e praças. Trata-se de trazer a integração e o respeito ao meio ambiente para o centro do modelo de desenvolvimento, para que este, de fato, seja sustentável. É possível fazer isso mesmo em municípios que se encontram em processo avançado de ocupação do solo.

Inspirações podem vir de outros países, uma vez que os danos causados à natureza em prol da urbanização não são problemas exclusivos do Brasil. A região do vale do Ruhr, na Alemanha, promoveu um esforço conjunto do poder público, empresários e moradores para transformarem uma região revitalizada social e ambientalmente uma área de 17 cidades que foram degradadas pela histórica exploração do carvão, pela urbanização desenfreada e pelo desemprego resultante das mudanças no perfil industrial global na década de 1980.

Ao longo de uma área de 300 km², o Parque da Paisagem do Emscher combinou natureza e projetos de valorização da história industrial, envolvendo diferentes escalas de espaços livres: de corredores verdes a parques locais, recuperando a paisagem e a biodiversidade. Políticas de moradia, lazer, cultura, transporte, saúde e meio ambiente,

assim como a preocupação com formas de viabilizar economicamente a iniciativa, estiveram integradas no projeto.

Mais do que a inspiração de algo grandioso, a experiência da região do vale do Ruhr ensina o quanto a natureza pode orientar o desenvolvimento urbano, partindo-se do ponto em que ele está, seja ele qual for. A mudança está na priorização do meio ambiente como aliado no crescimento e na promoção da qualidade de vida para seus cidadãos.

Algumas decisões podem levar os municípios brasileiros por caminhos mais sustentáveis e saudáveis. Para as crianças que puderem nascer em cidades mais próximas dessa realidade, trata-se de uma oportunidade de retorno àquilo que a infância e a vida nunca deveriam ter deixado de ser: lugar de energia, estímulos naturais e descobertas livres. A seguir, estão algumas sugestões de iniciativas que podem ser adotadas para tornar as cidades mais propícias ao contato e à interação com a natureza de bebês, crianças e toda a família. Importante dizer que este não é um tema restrito à Secretaria de Meio Ambiente dos municípios. Pensar um planejamento urbano que promova uma real mudança no padrão ambiental das cidades exige a integração de diferentes pastas: Meio Ambiente, Saúde, Educação e Direitos Humanos, para começar. Outras possibilidades de integração se colocam conforme os projetos vão se definindo. E, claro, todos devem incluir a participação de crianças e adultos.

COMO FAZER



Incentivar que a construção de novos espaços garanta o mínimo de área verde

Obras que impactam na ocupação do solo requerem autorização da prefeitura. O poder público executivo municipal pode utilizar esta prerrogativa para incentivar que as novas construções reservem uma porcentagem de área verde.

Arborizar os bairros

Se não é possível criar grandes parques e praças com natureza abundante em todos os bairros, a arborização é uma forma de democratizar o acesso ao verde, especialmente nos bairros mais pobres. A presença de árvores melhora a qualidade do ar e da paisagem. Mas o poder público deve atuar para viabilizar a criação de espaços onde haja verde e biodiversidade abundantes.

Incentivar a locomoção a pé

Como dito na sessão anterior, andar a pé melhora a qualidade de vida das pessoas, por viabilizar o contato com a rua, a natureza que há ao redor e a comunidade, além do exercício que faz bem ao corpo e da

diminuição de emissão de gases poluentes. Durante um passeio, a criança se encantará com mil coisas que só ela vê, pode se interessar por uma árvore com formato diferente, suas frutas ou as flores de um belo jardim.

Criar e expandir áreas naturais

A criação e expansão de praças e parques, e a preservação das margens de lagos, lagoas e praias são elementos fundamentais de políticas públicas que proporcionem áreas naturais para a população, que devem estar no centro do planejamento urbano. É importante dizer que estes lugares devem refletir a riqueza da biodiversidade. Não adianta ter grandes espaços que poderiam ser ocupados pela riqueza de espécies e são substituídos por enormes gramados ou pisos cimentados. As áreas naturais devem se empenhar na restauração da flora e fauna características das regiões.

Incentivar o uso de áreas naturais pela população

Não basta criar estes espaços, é preciso pensar em políticas públicas de ocupação. Garantir o acesso por transporte público de qualidade, proporcionar segurança nos locais e em seu entorno, conservação permanente, preços acessíveis e promoção de eventos que atraiam a população, como feira de trocas e de alimentos naturais, são algumas delas.

Garantir espaços verdes em creches e escolas

A natureza é uma fonte inesgotável de descobertas e aprendizagens para as crianças. É também o lugar ideal da educação ambiental. Por isso, as creches e escolas da prefeitura devem proporcionar cada vez mais esta interação, organizando espaços de educação mais verdes. Algumas soluções são varandas com plantas e cultivo de flores; e o estabelecimento de parcerias com parques e reservas ecológicas, onde aulas e atividades extracurriculares podem ocorrer. Novas instalações devem ser construídas de

maneira a valorizar o espaço ao ar livre e as áreas verdes dos terrenos, deixando bastante espaço para a interação e o movimento. E, claro, é preciso investir no educador para que ele utilize uma abordagem pedagógica que valorize o contato com a natureza.

Valorizar a agricultura familiar e dos povos tradicionais

Esta é uma forma de incentivo aos modos de vida que cuidem de preservar a natureza e de ensinar às crianças os ciclos dos alimentos e os tipos característicos de sua região, conectando-as com a vida natural e estimulando hábitos saudáveis desde cedo. Algumas maneiras de fazer isso são: promover feiras da agricultura familiar, reservar espaços para esses grupos nos mercados municipais existentes, comprar de seus produtos acima da cota mínima de 30% estabelecida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar e promover visitas escolares a suas comunidades.

Estabelecer parcerias com a sociedade civil

Organizações da sociedade civil têm muitos projetos interessantes e significativos para a conservação da natureza e de organização das comunidades em torno delas. As prefeituras podem se aproximar desses grupos e, por meio de parcerias, aumentarem o alcance das iniciativas, transformando-as, quando adequado, em políticas públicas.

Determinar a criação de espaços verdes em equipamentos públicos

Prédios públicos, especialmente os que atendem às crianças, como maternidades, hospitais pediátricos, postos de saúde e estabelecimentos da rede de assistência social, além de creches e escolas, devem ter áreas verdes e animais, quando possível. Eles estimulam o livre brincar e tem efeito terapêutico, promovendo o bem-estar e a cura, apontam diversas pesquisas científicas ligadas à biofilia, teoria que fala do apreço natural do homem a tudo o que é vivo. Quintais, varandas com vasos de plantas e flores, e jardins, até mesmo os verticais, podem ser algumas das soluções para melhorar os ambientes.



4 Espaços de brincar, educação e cultura

Na primeira infância, o processo de aprendizagem envolve o corpo inteiro. As crianças descobrem o mundo porque vão tocando, ouvindo, vendo, cheirando e experimentando tudo ao seu redor. Por que, então, achamos que é entre paredes, com estímulos apenas cognitivos, que elas aprenderiam? Todos os espaços onde os pequenos se inserem têm potencial para ensinar, não apenas as tradicionais salas de aula. A cidade é viva, cheia de história, de pessoas, de diversidade geográfica, social e ambiental. Ela é o principal laboratório que a educação tem à disposição. Aprende-se em casa, na rua, no mercado, no centro de saúde, na igreja, na praça, na feira e nas lojas.

Esta é a proposta da iniciativa Cidades Educadoras, da qual algumas cidades brasileiras fazem parte. No mundo, são 480 municípios reunidos em torno da concepção de que as pessoas se formam na convivência, aprendem valores e atitudes, e adquirem comportamentos nas relações interpessoais e no modo como a vida urbana está disposta. O projeto toma como referência central a escola (no caso da primeira infância, a creche e a

pré-escola), por ela ser o espaço privilegiado de formação. Mas vê as instituições de ensino também como vetores de educação em toda a cidade. Elas interagem e assumem responsabilidades com outros atores sociais.

Ao estarem abertas ao meio social onde estão inseridas, a creche e a pré-escola podem influenciar no modo como a própria cidade vê os pequenos e fazer com que ela também se torne educadora. Reciprocamente, as instituições de ensino vão perceber os apelos, as demandas, as expectativas e as necessidades que as comunidades lhes apresentam no caminho da educação.

Para além da iniciativa de Cidades Educadoras, o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) diz que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A cidade é o espaço que reúne todas essas fontes de educação.

Imagem: Mostra de cinema infantil de Florianópolis



E se a creche e a pré-escola devem inspirar o restante da cidade na sua vocação educadora, o que dizer desses espaços? Como eles devem ser constituídos? Para a educadora e ambientalista, e Professora da Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Léa Tiriba, em primeiro lugar, é preciso desemparedar a educação e respeitar a tendência espontânea da criança à natureza, ao espaço aberto e ao movimento.

Não se trata de demolir todas as salas de aula, mas de tentar equilibrar uma equação que se mostra preocupante: pesquisa realizada em uma escola de educação infantil no Rio de Janeiro, para a dissertação de mestrado de Maria Leonor de Toledo, em 2010, mostrou que, das quatro horas que as crianças de 4 anos passavam na escola, três delas eram dedicadas à produção de trabalhos voltados à alfabetização e à matemática. O mesmo levantamento apontou que as crianças têm acesso ao pátio em apenas 34% dos dias letivos. Por outro lado, pesquisas feitas nos Estados Unidos revelaram que, em escolas que usam a natureza como sala de aula, há uma melhora significativa no desempenho dos alunos em estudos sociais, ciências, linguagem e matemática. Os espaços de educação infantil

devem, portanto, proporcionar o contato das crianças com a natureza, seja em suas dependências, seja em passeios e atividades frequentes em locais verdes e naturais.

O acesso ao lazer e à cultura complementa a ação educativa na cidade, sendo o brincar a sua maior expressão. A oferta permanente de desafios e contatos proporcionados pela atividade lúdica desenvolve a inteligência das crianças e facilita a formação de vínculos positivos, com adultos e com outras crianças, influenciando a sua vida futura.

O direito de brincar é preconizado pela Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, no Artigo 31, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei 11.104/2005 (que determina a instalação de brinquedotecas hospitalares) e pela Lei 13.257/2016, o Marco Legal para a Primeira Infância. Para ser efetivado no país, este direito requer alguns pressupostos, tais como a implementação de uma política de direitos da infância realmente efetiva, profissionais capacitados, adultos sensibilizados e informados, espaços com qualidade e acessibilidade, e materiais adequados.

Espaços para brincar podem ser internos e externos. Em qualquer um deles, muito

mais do que os brinquedos, o essencial é a presença de outras crianças com diferentes idades, e de adultos capacitados que possam atuar como facilitadores do processo. Os espaços internos podem ser brinquedotecas, mas essa condição não é determinante para que as crianças interajam. O mais importante é criar condições para o desenvolvimento do livre brincar, aquele que surge de forma espontânea, sem um direcionamento ou objetivo. Ele é fundamental no desenvolvimento infantil e precisa ser estimulado numa sociedade em que as crianças têm cada vez mais compromissos e responsabilidades. Já os espaços externos devem privilegiar o contato com a natureza e materiais orgânicos.

Do ponto de vista da estrutura, os espaços para brincar precisam ser projetados em tamanho adequado ao número de crianças que receberão e devem ser seguros, limpos, estimulantes, acolhedores e acessíveis, isto é, devem poder receber todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, os bebês e outros pequenos em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Crianças com deficiência enfrentam barreiras que restringem suas oportunidades de brincar no dia a dia. Isto inclui a imposição de atividades determinadas pelos adultos, ambientes e instalações inacessíveis, atitudes negativas por parte de outros indivíduos, e políticas sociais e programas limitantes.

Na perspectiva da educação desenvolvidora e continuada para a primeira infância na cidade, o acesso à cultura se coloca como um direito fundamental, porém, ainda muito desrespeitado. A maioria dos municípios brasileiros não tem centros culturais disponíveis. Na região Centro-Oeste, por exemplo, apenas 25% das cidades tinham algum espaço para práticas culturais e de lazer até 2012, de acordo com o IBGE. A concepção consolidada do que é a cultura formal, feita para os adultos, também pode ser um empecilho para colocar a arte à disposição dos bebês e crianças pequenas.

Mas sua atração pela cultura é impressionante. Quando ouvem música, ficam atentas, se acalmam, mexem o corpo;

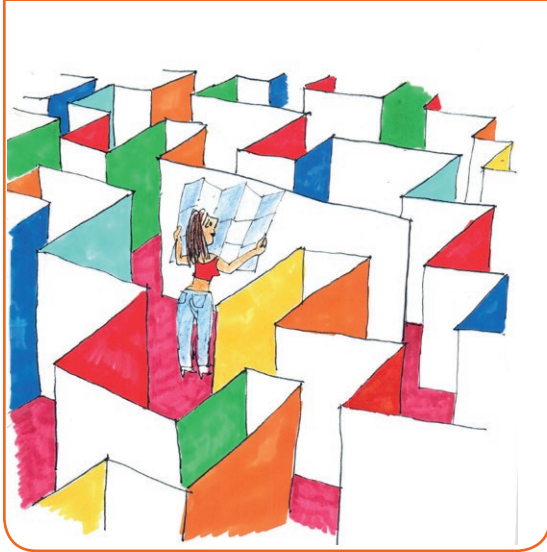
quando veem cores fortes e movimentos marcantes, prestam atenção. A cultura é a principal ferramenta criadora de vínculos sociais e associativos para o ser humano. Por isso, é tão importante que esteja acessível na primeira infância. As experiências sensoriais e estéticas marcantes ficam na memória. E já é comprovado que a capacidade humana de apreender pelos sentidos é maior na idade mais jovem, destaca Carlos Laredo, criador da Companhia de Teatro para bebês La Casa Incierta e especialista no tema. Os sistemas educacionais podem e devem se apropriar disso.

A cultura para a primeira infância precisa de inserção nos espaços da cidade, mas também de profissionais capacitados. Embora não existam fórmulas, os formatos de atrações culturais e artísticas para as crianças não são os mesmos que costumam dialogar com os adultos. Uma peça de teatro, por exemplo, não deve levar mais de 30 minutos. A possibilidade de linguagens é infinita: a polissemia está aberta.

Para a pesquisadora e autora do documentário “Sementes do Nosso Quintal”, Fernanda Heinz Figueiredo, outro aspecto importante é o da cultura popular. É preciso garantir que as crianças tenham contato com as manifestações características de seu país, região e cidade. Desta forma, estabelecem vínculos identitários e tendem a preservá-las. O lugar da cultura popular costuma ser a rua, a praça pública, os espaços de circulação. Os municípios devem estimulá-la, além de levar manifestações culturais para dentro dos espaços formais de educação.

Para promover o acesso a espaços de brincar, educação e cultura para a primeira infância, os gestores precisam levar três coisas em consideração: participação social, recursos e intersetorialidade. Os orçamentos de cultura, por exemplo, precisam prever atividades para a primeira infância. E os projetos podem ser integrados com áreas como a educação, a saúde e a assistência social, o que também pode ter impacto na dotação orçamentária. Por fim, dar às crianças a oportunidade de opinar sobre a concepção e gestão desses espaços é um bom primeiro passo. A seguir, algumas sugestões:

COMO FAZER



Universalizar o acesso à creche e à pré-escola

Não adianta pensar em estratégias para tornar a cidade mais apropriada para o desenvolvimento integral da criança se a educação formal não é universalizada. O acesso à creche ainda é um direito negado em muitos municípios brasileiros, especialmente os rurais, onde o fechamento de escolas também é um desafio crescente, mostram dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A universalização passa pela oferta de vagas em número suficiente em estabelecimentos de ensino já existentes, a ser ampliados ou construídos e pela formação de professores.

Promover ações integradoras da creche e da escola com sua comunidade

É importante estabelecer este vínculo para que haja maior participação da comunidade na educação das crianças e que esta extrapole os muros escolares. As creches e pré-escolas podem promover passeios e eventos envolvendo as crianças e o bairro. Essas atividades não precisam contemplar como temática apenas os conteúdos previstos

nos currículos formais, mas estimular sua interface com a realidade local. Além disso, é uma ferramenta para viabilizar o relacionamento intergeracional em atividades outras que não apenas aos familiares.

Estimular a educação em espaços naturais

É preciso integrar as escolas aos parques e reservas ecológicas, além de efetuar o remanejamento dos espaços físicos escolares, provendo-os de árvores, jardins e hortas, além de criar condições favoráveis ao brincar livre.

Garantir a manutenção e a segurança nos espaços dedicados às crianças

Esta é uma regra para todos os equipamentos públicos. Mas creches, escolas, praças, parques, centros culturais, e espaços infantis em hospitais e locais de atendimento de assistência social, por exemplo, precisam ser priorizados com uma manutenção que permita o desenvolvimento integral das crianças.

Providenciar mobiliário adequado para as crianças nos espaços frequentados por elas em equipamentos da gestão municipal

A cidade, como um todo, não é convidativa para a criança. Os bancos, as lixeiras, as pias, os sanitários, os degraus, as janelas, as placas e os sinais – todos esses mobiliários são pensados para os adultos. A adaptação dos espaços frequentados por crianças pode acontecer por meio do incentivo à realização de concursos de Arquitetura e Design específicos para criar soluções.

Estimular maior contato das estudantes com os alimentos e a alimentação saudável

Além de cumprir as regras para garantir a alimentação saudável nas escolas, os gestores podem estimular a criação de hortas, o cultivo de árvores frutíferas, a visita

a agricultores locais e um maior contato dos alunos com o processo de preparação de seus alimentos nas cozinhas escolares, como acontece no exemplo que vimos no capítulo anterior. Aprender sobre o ciclo dos alimentos reforça a consciência ambiental e os cuidados com a saúde.

Incentivar a substituição de brinquedos industriais por outros feitos de materiais orgânicos nas creches e escolas da rede pública

É saudável e importante para o desenvolvimento infantil que as crianças brinquem com elementos naturais, como água, areia, argila, pedrinhas, gravetos, folhas, flores, conchas, entre outros, e, sempre que possível, com animais.

Criar espaços públicos de encontro para o brincar

As brinquedotecas, as praças, os parques infantis, os parques arborizados, as ruas fechadas em determinados feriados para o jogo e a brincadeira são espaços que reúnem crianças e abrem oportunidades para brincar e fazer amigos. É importante incentivar que adultos, adolescentes e crianças maiores também desfrutem desses espaços, transformando-os em pontos atraentes para a comunidade, em todos os estratos sociais. No entanto, há de se criar estratégias para que a presença de pessoas e crianças maiores não transforme esses locais em objetos de disputa com as crianças na primeira infância.

Criar brinquedotecas

A criação de brinquedotecas é uma estratégia que não exclui o contato com a natureza. Elas precisam estar disponíveis nos hospitais com atendimento para crianças, e podem se estender a outros espaços com presença constante de crianças, especialmente onde ocorrem atendimentos de assistência social. As brinquedotecas devem ser seguras, limpas, estimulantes, acolhedoras, acessíveis a crianças com deficiências, e ter presença de adultos treinados para fazer as intervenções

corretas e necessárias, respeitando as capacidades infantis e o direito ao livre brincar.

Capacitar profissionais e famílias sobre o direito de brincar

Todos os profissionais de áreas voltadas às políticas públicas para a infância, como saúde, educação, assistência social, cultura, planejamento e urbanismo, habitação, meio ambiente, esportes e lazer, entre outras, precisam ser sensibilizados e formados. Os órgãos de controle, como os Conselhos de Direitos, deverão igualmente receber informações qualificadas sobre a importância de brincar. As famílias deverão ser incluídas e ter oportunidade para se capacitarem a respeito deste direito.

Prever orçamento para o direito de brincar

É preciso que os municípios façam uma previsão orçamentária que permita a execução de projetos e programas, com foco no brincar. Por ser um direito que perpassa diferentes áreas da gestão pública, o orçamento deverá ser condizente com os projetos e programas onde ele esteja previsto. Por essa razão, as leis vigentes devem ser regulamentadas para a devida dotação orçamentária específica, podendo ser acrescida de parceria com a iniciativa privada e as organizações sociais de base comunitária.

Criar editais de incentivo à cultura para a primeira infância

Devem ser dotados de orçamento específico, para a criação, a programação e a circulação de obras culturais e eventos específicos para a primeira infância.

Criar espaços específicos para promoção da cultura para a primeira infância

Implantar espaços públicos (centros culturais, teatros, galerias, museus, bibliotecas, auditórios, parques, brinquedotecas, entre

outros) para a exibição de atividades culturais permanentes para a primeira infância, adaptados ou dotados das necessidades técnicas específicas para esta idade.

Formar profissionais, sensibilizar a família e investir em geração de conhecimento sobre cultura e arte para as primeiras idades

É importante prover recursos para a realização de cursos de formação e sensibilização na matéria das artes e da primeira infância. Incluem-se aí artistas, educadores, psicólogos, e pais, entre outros. Esses recursos devem prever também investimento em pesquisas sobre o assunto e divulgação de seus resultados.

Promover a cultura em espaços infantis

Desenvolver e promover projetos de circulação de criações artísticas para crianças nas creches, abrigos, escolas e hospitais, partindo do reconhecimento destas como sujeitos inteligentes e sensíveis, sem limitá-las a ações de puro entretenimento.



5 Moradia e Saneamento Básico

O bem-estar das crianças precisa começar em casa, num ambiente que seja facilitador à vida. Não adianta pensar em tornar a cidade acolhedora para os pequenos, se suas moradias são improvisadas, isoladas, inseguras e insalubres. Pais e mães são os primeiros responsáveis pelo bem-estar infantil, mas o exercício de cuidar precisa de condições apropriadas para acontecer. É responsabilidade do Estado dar às famílias condições de criar seus bebês em espaços saudáveis, o que passa pela efetivação dos direitos humanos à moradia e ao saneamento básico.

No entanto, esta não é a realidade da maioria da população. Quem pode pagar por moradias adequadas sente menos os impactos desta dívida histórica do país com seus cidadãos. A falta de políticas de habitação e saneamento apropriadas faz suas vítimas especialmente entre as classes mais pobres. Se quiserem melhorar nas condições em que as crianças pequenas vivem em seus municípios, os gestores municipais precisam, antes de tudo, fazer as seguintes perguntas:

Quantas crianças em minha cidade não têm água potável? Quantas vivem em casas sem esgoto ou coleta de lixo? Quantas moram em áreas de risco de deslizamentos de terra ou inundações? Ou ainda: quantas estão vivendo em moradias isoladas, em áreas periféricas, sem a possibilidade de acessar a cidade e todos os seus serviços e benefícios?

A falta de saneamento básico é um problema estrutural no país. De acordo com o Instituto Trata Brasil, mais de 100 milhões de brasileiros não dispõem de rede de coleta de esgoto sanitário e 13 milhões não têm sequer banheiro em casa. A desigualdade se revela na distribuição regional da efetivação do direito. No Norte e no Nordeste, apenas 14,3% e 28,8% dos esgotos são tratados, respectivamente. Os números sobem para 44% nas regiões Sul e Sudeste, e 46% na Centro-Oeste. No atendimento total de água, a região Sudeste do Brasil apresenta 91,7% de oferta do serviço, enquanto o Norte tem um índice de 54,5%. A região Norte é a que concentra mais crianças no país, segundo o IBGE. A diferença do atendimento pelo



serviço também se dá dentro de uma mesma cidade. No Rio de Janeiro, uma das mais ricas do país, a Rocinha, maior favela do Brasil, possui 43 valas correndo com esgoto a céu aberto, de acordo com a organização comunitária Rocinha Sem Fronteiras.

Alguns dos problemas de saúde enfrentados pelas crianças em decorrência da falta de saneamento básico são infecções, gastroenterites, verminoses, desidratação, doenças respiratórias e hepatite A, entre outras. Isso sem falar na atual emergência de saúde pública no país: a microcefalia por contaminação do zika vírus em gestantes. O *Aedes Aegypti*, mosquito transmissor da doença, prolifera-se especialmente em água limpa e parada. O armazenamento de água para consumo domiciliar em baldes, latas, tonéis e tanques sem vedação adequada, prática comum nas periferias das cidades que sofrem com a falta de abastecimento, torna esse armazenamento o criadouro natural do mosquito.

Um estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social apontou que 65% das internações brasileiras em hospitais de crianças com menos de 10

anos são provocadas por males oriundos da deficiência ou inexistência de esgoto e água limpa. Essas carências também surtem efeito no desempenho escolar: crianças que vivem em áreas sem saneamento básico apresentam índices 18% menores de rendimento escolar. A grande vulnerabilidade dos pequenos a doenças em decorrência da ausência de atendimento pelo serviço se dá porque seus sistemas de defesa imunológica ainda são muito imaturos. Além disso, por suas estaturas e as práticas de brincadeiras, as crianças estão mais próximas do chão do que os adultos, aumentando o risco de contágio por contato com o solo e a água contaminados.

Tão dependentes da natureza que são para se desenvolverem plenamente, as crianças também são afetadas de forma direta pela poluição e outros impactos negativos que a ausência de tratamento de esgoto, coleta de lixo e drenagem das águas tem para o meio ambiente. Para chamar atenção para a urgência da situação, a Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016, do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, teve como foco o saneamento básico como

direito humano e infraestrutura essencial ao meio ambiente e à saúde das pessoas, especialmente as mais vulneráveis.

Historicamente, o saneamento no Brasil enfrentou impedimentos em termos de regulação e incentivo via acesso a recursos financeiros. Após 20 anos de debates no Congresso Nacional, a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, também conhecida como Lei do Saneamento, representou um importante avanço para o setor. O marco regulatório determina que todas as cidades devem ter um plano municipal sobre os serviços de água, esgoto, lixo e drenagem das águas de chuva construído com a participação da população. Com a definição do plano e a aprovação do mesmo pelo Governo Federal, o município pode receber verbas para obras de saneamento. Os passos seguintes são a implementação, a administração dos serviços e a fiscalização com participação social. Muitos municípios, de acordo com o Ministério das Cidades, ainda não apresentaram seus planos. Em 2015 apenas 31% deles tinham seus planejamentos prontos.

Outro déficit alarmante no Brasil, e que caminha junto ao de saneamento como obstáculo à formação de ambientes facilitadores à vida, é o de moradia. Em 2010, segundo a Secretaria Nacional de Habitação, o número era de 6,5 milhões de famílias vivendo em domicílios precários, em coabitações, com aluguel caro para seus orçamentos, ou sob adensamento excessivo, isto é, três ou mais pessoas por dormitório. A proporção de crianças de 0 a 4 anos vivendo em favelas era de 7,2%, pelo Censo de 2010.

Para resolver o problema e caminhar em direção à efetivação do direito à moradia no Brasil, não basta apenas viabilizar o acesso a casas. É preciso um planejamento urbano que viabilize o direito dos cidadãos assistidos pelas políticas habitacionais à cidade. A construção de novas moradias precisa levar em consideração que as pessoas que ali viverão têm histórias e trajetórias pessoais específicas. Muitas vezes, a experiência de se mudar de um primeiro local, ainda que sob condições inadequadas, para apartamentos

novos, mas localizados em locais distantes, sem qualquer familiaridade para os novos moradores, pode ser traumática, devido à experiência do desenraizamento. Inclusive para a criança, que percebe as transformações no seu entorno, a perda de suas referências espaciais e comunitárias, e apreende com facilidade as emoções dos familiares.

Em maio de 2015, a jornalista Lena Azevedo e o arquiteto Lucas Faulhaber, autores do livro “SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico”, deram entrevista ao jornal Brasil de Fato, em que relatam que, durante as pesquisas para a publicação, se depararam com histórias de famílias extremamente impactadas pela mudança forçada de endereço. Além de terem sido removidas para condomínios do programa Minha Casa Minha Vida localizados em bairros da Zona Oeste do município com infraestrutura urbana precária, como saneamento, saúde, transporte e educação, algumas pessoas perderam trabalho, pois os empregadores não estavam dispostos a pagar duas passagens ou a tolerar os atrasos, em função do tempo perdido no trânsito. Outras adoeceram e entraram em depressão, por não conseguir lidar com os sentimentos de perda, falta de pertencimento e privação, dada a precariedade de acesso a serviços básicos. Para evitar esses efeitos, o pleno exercício da cidadania precisa estar garantido. Ouvir a população sobre os projetos habitacionais é o primeiro passo. Em seguida, deve-se levar os equipamentos sociais, como escolas, postos de saúde, praças e comércio; os serviços de segurança e transporte público com eficiência; e políticas de incentivo à geração de empregos aonde as pessoas vivem.

O desenho de uma política habitacional que inclua a preocupação com o desenvolvimento infantil também deve levar em conta que questões arquitetônicas têm influência direta sobre o dia a dia das famílias e dos bebês. Por isso, é importante ouvir as necessidades das pessoas, respeitando suas demandas e esforçando-se para que sejam atendidas, considerando sua diversidade cultural de hábitos e costumes. Os programas habitacionais implementados pelos governos

federal, estaduais e municipais têm entregado aos moradores conjuntos habitacionais padronizados, que ignoram ou desrespeitam características específicas dos territórios e dos moradores, para maximizar os lucros das empreiteiras, executoras dos projetos.

Um apartamento construído na região Sul do Brasil, por exemplo, precisa prever um indispensável sistema de aquecimento. Sem isso, você obrigará as famílias a adotarem medidas extremamente danosas para a saúde, como o uso do carvão ou para o bolso, como aparelhos de aquecimento elétrico de alto consumo e custo. A opção por determinados elementos nas obras pode limitar o pleno desenvolvimento infantil, com riscos de acidentes domésticos. Um exemplo é o acabamento de chãos ásperos que inibem o rolar e o engatinhar do bebê, atividades tão fundamentais nos primeiros meses de vida. E como é possível pensar um mesmo tamanho de casa para todo mundo? Em comunidades onde as famílias são mais numerosas, o bom convívio familiar precisa ser priorizado, o que significa que a privacidade e a individualidade dos moradores devem ser levadas em consideração. Projetos modulares, com diversidade de soluções, de acordo com as das famílias, têm de ser planejados.

Outra dimensão importante da política habitacional é a prevenção de riscos. No processo de urbanização do Brasil, a corrida por oportunidades de trabalho e educação se deu ao mesmo tempo que a valorização das áreas centrais das cidades. Assim, os mais pobres foram sendo deslocados às periferias ou às favelas, construídas em morros, em áreas de encostas ou às margens de córregos que são verdadeiros esgotos a céu aberto. São locais com alta incidência de deslizamentos, desabamentos e enchentes.

Para as crianças, a experiência de viver uma situação de emergência, com perdas materiais e humanas, provoca danos físicos e psicológicos muito graves.

Impedir que essas tragédias se repitam é urgente. Obras de contenção em áreas íngremes, de drenagem do solo e urbanização das regiões favelizadas são algumas medidas a serem adotadas. A ONU Habitat, órgão das Nações Unidas para o tema da habitação, tem um protocolo prevendo que, onde não é possível eliminar os riscos às famílias que vivem em áreas ameaçadas, é preciso removê-las. Este processo deve ser absolutamente respeitoso e se fundamentar na participação social, o que significa que a ação deve ser discutida com os moradores, e os locais produzidos previamente à remoção.

As políticas públicas de moradia e saneamento devem ser, em sua maioria, intersetoriais, envolvendo diversas esferas públicas e de governo. Garantir que isso se traduza em integração e pleno atendimento às necessidades da população deve ser prioridade das gestões municipais, como as primeiras responsáveis que são pelo bem viver nas cidades. Faz-se também indispensável que a participação social esteja presente no desenho de todos os planos e projetos que serão desenhados para atender às pessoas em suas necessidades mais básicas. E o direito à participação precisa incluir as crianças, tanto no diagnóstico quanto nas propostas e no acompanhamento da implementação dos planos.

A fim de colaborar com sugestões de políticas públicas a serem adotadas para a garantia de ambientes facilitadores à vida de nossas crianças no que concerne à moradia e ao saneamento, seguem algumas ideias de medidas a serem adotadas:

COMO FAZER



Integrar a política habitacional com secretarias e pastas diversas

Programas de moradia precisam ser pensados para garantir a cidadania. Para isso, é preciso que as políticas desenhadas prevejam a integração com diversos setores, como urbanismo, cultura, educação, lazer, esportes, saúde e serviço social, a fim de garantir aos cidadãos não só o acesso a casa, mas a todos os serviços e oportunidades existentes na cidade.

Garantir a participação social na política de moradia

Não é possível pensar a política de moradia sem ouvir sobre as necessidades das pessoas que se beneficiarão dela. Os programas habitacionais hoje têm entregado às famílias casas e apartamentos padronizados, sem qualquer participação social na concepção dos projetos e na execução das obras. Os desejos e características específicas dos grupos sociais são ignorados. As crianças são especialmente prejudicadas, pois não só não têm qualquer identificação com os novos locais de moradia, como veem seus familiares impactados pelo processo de

mudança. Existem diversas formas de garantir a participação social no desenho da política de habitação. As experiências de autogestão da construção de moradias populares é uma alternativa interessante, democrática e empoderadora das famílias em seu exercício da cidadania. Além disso, resultam em moradias que contemplam a diversidade dos grupos sociais existentes nas cidades, uma vez que passam a ser reflexo do desejo e do trabalho de seus proprietários.

Orientar o uso de elementos arquitetônicos que favoreçam o pleno desenvolvimento infantil

A disposição dos cômodos das moradias precisa ser pensada de maneira a garantir a privacidade para os núcleos familiares dentro dos domicílios, viabilizando o bom convívio e um ambiente emocional e psicologicamente estável para os bebês e as crianças pequenas. Além disso, elementos arquitetônicos simples podem impactar diretamente o desenvolvimento infantil como pisos adequados nas áreas internas e externas, que podem ter gramado, por exemplo, para facilitar que as crianças engatinhem ou rolem no chão, e estimular os primeiros passos. Da mesma maneira, evitar tomadas expostas que poderiam provocar sérios acidentes domésticos.

Incentivar soluções arquitetônicas para diferenciar os conjuntos habitacionais

O modelo de política habitacional concentrando as decisões nas mãos das empreiteiras, faz com que, além de não atenderem às necessidades e características de cada grupo social, os conjuntos construídos de forma padronizada sejam feios, pouco criativos e nada sustentáveis, geralmente reduzindo-se a grandes blocos de cimento. A fim de solucionar essa questão, algumas cidades em outros países têm promovido concursos públicos de arquitetura. Na municipalidade de Allerød, na Dinamarca, uma premiação realizada em julho de 2016 elegeu o projeto para uma área destinada à

habitação social. Os arquitetos criaram casas, em vez de apartamentos, e suavizaram os limites entre público e privado, privilegiando as áreas de convívio social, dotando-as de árvores e vegetação. O projeto consiste em 155 casas geminadas de dois, três ou quatro quartos dispostos para coincidir com o terreno montanhoso do local. As moradias serão construídas com madeira de origem local sustentável, para revestir as fachadas exteriores e as paredes interiores. Iniciativas como essa podem inspirar os gestores públicos brasileiros a transformar a política habitacional em oportunidades de estímulo ao desenvolvimento de bons projetos, que gerarão verdadeiras soluções de qualidade para as famílias atendidas.

Criar áreas de convívio social nos bairros e conjuntos habitacionais especialmente para a primeira infância

É preciso criar espaços, como praças com gramado, árvores frutíferas, plantas não nocivas para a saúde e equipamentos infantis, em áreas de lazer de conjuntos construídos pela prefeitura. Uma programação de atividades direcionadas e a adoção de equipamentos específicos para a infância são importantes para garantir que esses espaços sejam realmente ocupados com exclusividade pelas crianças. Jovens e adultos, que tendem a se apropriar dos locais de convivência social, terão outros espaços mais adequados, deixando aos pequenos seus playgrounds.

Respeitar os limites de florestas no processo de urbanização:

A proliferação de muitas doenças se deu em decorrência do processo de urbanização acelerado que aconteceu no Brasil. Essa situação tem impacto direto na saúde das crianças. Nas cidades em crescimento, a ocupação do solo precisa ser rigorosamente regulada.

Prevenir ocupação irregular do solo

É preciso acompanhar e regulamentar a ocupação do solo nas cidades brasileiras, iniciativa que deve andar lado a lado com projetos de urbanização inclusivos e atraentes para os cidadãos. Desta forma, evita-se que casas sejam construídas em áreas perigosas ou desmatando áreas verdes, prejudicando o meio ambiente e colocando a saúde e a vida da população em risco.

Desenvolver planos diretores que garantam construções de acordo com as características geográficas de cada cidade

Os regulamentos para a construção de imóveis são definidos pelos municípios, por meio de Planos Diretores. O problema é que a maioria das cidades brasileiras ainda não tem este documento. O Instituto dos Arquitetos do Brasil tem contribuído para uma tomada de consciência sobre essa necessidade.

Mapear todas as áreas de risco de desastres

Cidades localizadas perto de encostas, morros ou que são cortadas por rios devem ter um mapa com as informações necessárias para se garantir a segurança dos moradores e prevenir tragédias. Além de mapear todas essas áreas, o monitoramento das condições climáticas é fundamental.

Fazer obras de contenção de encostas

Apesar de custosas, estas obras são indispensáveis para respeitar o direito à moradia das famílias que estão há muitos anos vivendo nessas áreas de risco, sempre que for possível adequar a construção e o terreno, eliminando as ameaças.

Criar alertas por meio de sirenes

A instalação das sirenes pode ser um instrumento de prevenção. No Rio de Janeiro, onde elas passaram a ser adotadas depois



que a cidade parou em consequência das enchentes de abril de 2010, que deixaram vítimas fatais, as sirenes são acionadas quando as chuvas atingem o nível de 40 milímetros por hora. Os sistemas de alerta devem envolver uma informação prévia e precisa sobre o tempo e sobre os abrigos onde as famílias devem dirigir-se, permanecendo em local seguro durante as chuvas fortes.

Remover moradores de áreas de alto risco

As autoridades podem e devem tomar medidas paliativas que diminuam os riscos dos moradores. Quando isso não for possível, é preciso remover as pessoas, num processo respeitoso e participativo, conforme determina a ONU Habitat.

Elaborar o plano de saneamento do município

A partir da Lei do Saneamento, em 2007, ficou determinado que o objeto primeiro à disposição dos gestores municipais para acessar recursos que lhes permitam universalizar o serviço de saneamento, e geri-lo de maneira eficaz, é a construção do Plano Municipal. Ela deve ter intensa participação social, inclusive das crianças.

Universalizar o serviço de saneamento básico

Para alcançar este objetivo, deve-se priorizar:

1. O atendimento às áreas mais pobres;
2. O aproveitamento e o melhor uso dos recursos já utilizados pela população;
3. A garantia de sistemas sanitários seguros e de boa qualidade;
4. A preferência por tecnologias simples a sistemas convencionais caros e obras grandes, porém ineficientes;
5. O planejamento para que as famílias pobres paguem tarifas menores;
6. A orientação da população quanto à higiene e à forma correta de utilizar os benefícios;
7. O diálogo, em conjunto, com Conselhos de Direitos e Conselhos de Saúde, para que o saneamento básico esteja atrelado à saúde no planejamento do município e para garantir a destinação correta dos recursos para o setor, uma vez que eles têm mecanismos legais de monitoramento.

Formar profissionais capazes de gerir projetos públicos em saneamento básico

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE de 2008 mostrou que poucas prefeituras brasileiras possuíam instrumentos de planejamento, para orientar a prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais. Além da inexistência de instrumentos reguladores, observa-se, de maneira geral, uma ausência de estruturas institucionais e quadros técnicos capazes de orientar e fiscalizar a execução de obras, de forma a assegurar sua efetividade. Isso é gravíssimo e pede medidas urgentes para que os municípios sejam ajudados a se planejar para atender a esta importante demanda.



Experiências inspiradoras

Listamos aqui histórias de projetos que estão promovendo atividades que envolvem a criança e o espaço. Inspire-se!

Os ícones indicam os eixos aos quais cada experiência abrange.



Espaços para brincar, educação e cultura



Interação das crianças com a natureza



Mobilidade e circulação



Moradia e saneamento



Participação infantil

- 
Associação Comunitária Monte Azul
- 
Associação União da Juta
- 
Basurama Brasil
- 
Caminho Escolar de Paraisópolis
- 
Clubes Natureza em Família
- 
Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério
- 
Criança Pequena em Foco
- 
Exploradores de Rua
- 
Grupo Sobrevento
- 
Instituto da Infância
- 
La Casa Incierta
- 
Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis
- 
Movimento Boa Praça
- 
Olhe o Degrau
- 
Primeira Infância Melhor
- 
Programa de Capacitação no Brincar
- 
Sementes do Nosso Quintal
- 
Ser Criança é Natural
- 
Território do Brincar
- 
Vozes da Cidade: Crianças e Adolescentes Participando da Construção de Salvador



Associação Comunitária Monte Azul

Desde o início dos primeiros sete anos de vida da criança, o educador deve ser um “agricultor” e cultivar seu desenvolvimento integral. Esta é a forma como a Associação Comunitária Monte Azul orienta o trabalho que realiza com 450 crianças da periferia de São Paulo. Criada há 37 anos pela pedagoga alemã Ute Craemer, a organização, que realiza trabalhos para todas as idades, mantém três creches distribuídas em duas comunidades.

A pedagogia orientadora é a Waldorf, que pensa o indivíduo de maneira holística – corpo, alma e espírito – e divide seu desenvolvimento em três períodos de sete anos, de 0 a 21. Nos primeiros sete anos de vida, a proposta é propiciar a aprendizagem através do fazer e do momento do brincar, com foco no desenvolvimento através da experiência corporal. É por isso que as três creches são feitas para viabiliza o contato da criança com a Energia Vital Primeira, a natureza.

Todas as unidades têm espaços externos, mesmo aquelas localizadas em terrenos menores. Ao ar livre, há árvores, flores, gramados, terra e areia, além de brinquedos feitos de materiais orgânicos, como balanços, casinhas e escorregas. Na unidade onde o terreno é mais inclinado, as crianças podem escorregar “morro” abaixo, divertindo-se ao rolar no gramado e na terra. De repente, uma brincadeira pode se materializar no plantio de flores e na coleta de folhas secas caídas no terreno. A Associação conta com hortas, que são cuidadas pelos adolescentes. Os ingredientes para as refeições vêm de uma família de agricultores da região. A alimentação é a mais orgânica e integral possível.

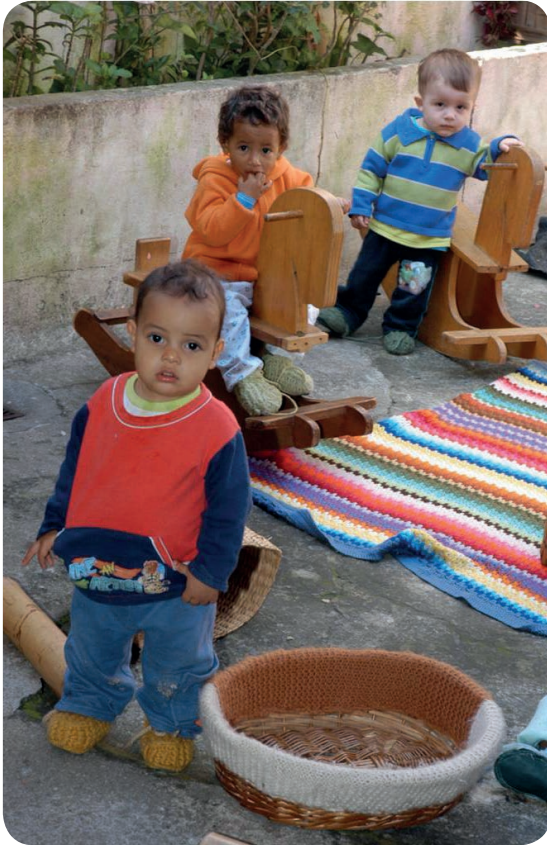
Dentro de cada sala, há uma pequena cozinha, com fogão e pia, onde as crianças



Imagem: Associação Comunitária Monte Azul

aprendem desde cedo a ter intimidade com a comida saudável. Elas podem ajudar os educadores a fazer pães, biscoitos, saladas de frutas e bolos. As refeições, no entanto, são preparadas por profissionais nas cozinhas maiores. A hora de comer é hora de tranquilidade, de mastigação calma e saudável. Cada grupo se alimenta em espaços confortáveis, porém menores que um refeitório, a fim de aproveitar bem a hora da comida. Sempre, antes de iniciar as refeições, as crianças aprendem um verso de agradecimento.

Outras atividades são produção e consertos de brinquedos com as próprias crianças. Elas também têm à disposição bonecos de pano que ficam em cestas de palha, sementes, conchas, pequenas pedras e tocos, tudo com o objetivo de proporcionar a troca e a aprendizagem com a descoberta dos diferentes formatos, texturas, temperaturas e cheiros disponíveis na natureza. Praticamente



não há brinquedos de plástico. No mobiliário, pequenos escorregas e peças maiores de madeira como casinhas e carros onde as crianças podem entrar e se divertir – meninas e meninos. A ideia é deixar a brincadeira fluir livremente, sem grandes orientações.

As crianças ficam nas creches das 7h às 17h. Todas as atividades são pensadas para intercalar momentos de expansão do corpo e momentos de concentração. Do brincar com os elementos disponíveis nas salas, pode começar uma roda rítmica, por exemplo. Mas entre um e outro, os alunos são convidados a guardar os brinquedos junto com os educadores e, assim, aprendem que cada coisa tem seu lugar e que o brincar inclui o arrumar. Mas mesmo este convite surge de forma lúdica, com encenações e bastante interação.

As creches administradas pela Associação Monte Azul são conveniadas com a prefeitura. As comunidades no entorno, que deram origem à Associação há mais de 30 anos, são pobres. Numa outra empreitada para ajudar a promover melhor qualidade de vida para a população, a organização se engajou, junto aos moradores, no processo de urbanização da favela Monte Azul, que tem 2500 habitantes. Como resultado, foram construídos um parquinho para crianças e quadra esportiva, e o sistema de saneamento possibilitou que uma fonte de água que brota no meio da comunidade fosse transformada numa piscina limpa para uso dos moradores e, especialmente, das crianças.

Saiba mais em: <http://www.monteazul.org.br/>



Associação União da Juta

Imagens: Associação União da Juta



A autogestão de projetos de moradia é uma experiência que tem dado bons frutos Brasil a fora, consolidando-se como uma alternativa democrática na implementação da política habitacional. Uma das iniciativas apontadas como pioneiras e emblemáticas no país é o da Vila União da Juta, no bairro Fazenda da Juta, Zona Leste de São Paulo. Ali, as famílias participaram ativamente de toda a construção de suas moradias e apresentaram demandas ao poder público pela melhoria na oferta de serviços e equipamentos comunitários de qualidade no entorno. Hoje, vivem num bairro urbanizado e num conjunto onde, além de suas casas, contam com projetos de desenvolvimento para a infância e juventude e com uma padaria comunitária, que atende à demanda social de gerar renda e formar profissionais.

O processo formal de concepção e planejamento do conjunto começou em 1989, com a assinatura do primeiro convênio entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a União dos Movimentos

de Moradia de São Paulo (UMM), para a construção de 160 moradias e um centro comunitário no regime de mutirão. O terreno foi cedido pela prefeitura de São Paulo. O mutirão para a construção do conjunto optou pela autogestão. Assim, a associação de moradores definiu a demanda habitacional, administrou e gerenciou os recursos públicos e todas as etapas da obra, e escolheu a assessoria técnica para apoiar a construção. Logo no início, a assessoria fez um trabalho de resgate de memória da população, visando a conhecer as origens dos participantes, as expectativas dentro do projeto e o potencial de colaboração de cada um.

A proposta de projeto arquitetônico, resultado da troca constante com os moradores que apresentavam suas demandas à assessoria, continha três tipos de habitação para serem escolhidos. A variedade de tamanhos para as unidades habitacionais, além de atender às diferentes formações familiares, favoreceu a criação de espaços de convivência associados

à circulação que se situavam num nível intermediário entre os diversos pavimentos das edificações, garantindo mais privacidade para os moradores. Os pátios internos foram projetados para garantir às crianças liberdade para brincar em espaços amplos e arejados.

As obras só começaram em 1992, depois de muita disputa entre as famílias e o poder público municipal e estadual, para garantir todo o processo de regularização e liberação de recursos. Para a execução das obras durante a semana, os moradores decidiram contratar trabalhadores, inclusive os desempregados entre eles. Nos finais de semana, todos se juntavam para dar sua contribuição, dentro de uma escala organizada. A primeira coisa a ser construída foi o Centro Comunitário, que durante a obra funcionou como sede do canteiro e creche. Isto porque a maioria das pessoas envolvidas no processo de mutirão era de



mulheres chefes de família, que não tinham onde deixar seus filhos e os levavam para o canteiro. Elas se revezaram para olhar as crianças e participar das atividades. Depois de algum tempo de obra, começaram a negociar a celebração do convênio de uma creche com a Secretaria da Família e Bem-Estar Social. O convênio foi firmado, e o espaço começou a atender a 60 crianças com idade entre 1 e 5 anos, em período integral. Em 1996, a creche passou a ser conveniada com a Secretaria Municipal de Educação e atualmente atende a 110 crianças de 1 a 4 anos de idade, também em período integral.

As obras só terminaram em 1998, tendo enfrentado uma série de dificuldades ao longo deste tempo que retardaram a entrega. Entre elas, a mudança da moeda com o Plano Real, que impactou o orçamento, as fortes chuvas em São Paulo 1993, e a saída e retorno da assessoria técnica escolhida pelos moradores. Com o fim da construção, o lugar que antes servia de canteiro de obras abriu espaço para a instalação da padaria comunitária, uma biblioteca e salas para cursos. O conjunto abriga também um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) e um Centro para Juventude. O CCA é usado como espaço de referência para o desenvolvimento de ações socioeducativas, que buscam assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e o convívio comunitário e social. Lá, são atendidos de crianças a pré-adolescentes dos 6 aos 11 anos, oriundos de famílias beneficiárias de programas de

transferência de renda e em situação de vulnerabilidade, que são reconduzidas ao convívio familiar, após medida protetiva de acolhimento com deficiência. Já o Centro para Juventude oferece, em parceria com o SENAI, atividades profissionalizantes e socioeducativas, com o desenvolvimento das potencialidades de cada adolescente, a participação social e o exercício da autonomia.

A Vila União da Juta está localizada numa região limítrofe da capital paulista com a cidade de Santo André. Quando as obras começaram, não havia sinal de urbanização e sim total carência de equipamentos e serviços públicos. Como resultado do constante exercício de incidência dos moradores sobre a Prefeitura e o Governo do Estado, hoje a região conta com infraestrutura, serviços e equipamentos comunitários de segurança, educação, saúde e lazer. É um exemplo de perseverança coroado de sucesso.

Saibamaisem:<http://www.uniaodajuta.org.br/>



Basurama Brasil



Imagens: Basurama Brasil

O lixo acumulado e a falta de espaços de lazer para as crianças são dois problemas graves e frequentes nas periferias brasileiras. E foi a partir de sua junção que a equipe do coletivo Basurama Brasil passou a criar soluções. Por meio de diversos projetos, como Lixo Não Existe, Verdejando Heliópolis e Playground, eles utilizam resíduos sólidos para construir praças e brinquedos para os moradores de regiões pobres do país.

A cidade que mais concentra iniciativas do coletivo é São Paulo, pois é na capital paulista que está o escritório do Basurama no Brasil. Mas já aconteceram ações em Rio de Janeiro, São Bernardo do Campo e Florianópolis, entre outros municípios. Criado em Madri, na Espanha, em 2001, o grupo está presente hoje nos quatro continentes e tem como objetivo a pesquisa, criação e produção cultural e ambiental a partir dos processos de geração de resíduos.

O projeto Lixo Não Existe surgiu nas ruas das periferias de São Paulo, com pequenas intervenções de construção de brinquedos e equipamentos públicos, como praças e parques, em locais degradados onde não havia atrativos para as crianças e os jovens. As instalações eram feitas praticamente sem recursos, apenas com a colaboração das comunidades e com materiais descartados, como pneus. Os pequenos eram convidados a participar de todo o processo, inclusive na hora de colocar a mão na massa, sempre com supervisão para evitar acidentes. Para garantir a efetividade das ações, a equipe do Basurama desenvolveu uma metodologia simples que pudesse ser apropriada por pessoas amadoras.

O sucesso das intervenções foi grande e fez o coletivo perceber o tamanho da carência de recursos para a criação de espaços públicos e de convivência social no país. A equipe passou a receber convites para realizar as ações em diversos pontos de São Paulo e em outros estados. Para responder à demanda, foi desenvolvido um projeto de tecnologias abertas que possibilitasse a aplicação em qualquer cidade, de forma independente. Hoje, o Basurama disponibiliza manuais de instruções, vídeos e outros materiais pedagógicos na internet.

Com o apoio do programa São Paulo Carinhosa, iniciativa da prefeitura de São Paulo voltada para a primeira infância, o coletivo aproveitou postes de iluminação velhos descartados pelo poder público para, junto com as crianças do bairro Parque Santo Antônio, na periferia sul da cidade, criar um parque de brinquedos. Assim, em 2015, surgiu o projeto Playground, que transformou um grande carregamento de ferro retorcido em um parquinho divertido e desafiador para as crianças, instalado em um grande terreno da localidade.

Já Verdejando Heliópolis é um projeto que surgiu do contato da equipe Basurama com a associação de moradores da comunidade, Unas, que tem um importante trabalho, com iniciativas junto ao poder público e com o apoio da iniciativa privada, para transformar Heliópolis em um bairro educador. A convite do Instituto Baccarelli e do movimento Transition Towns, e com apoio de IT3S (Instituto de Fomento à Tecnologia do Terceiro Setor) e CRIS (Centro de Referência e Integração em Sustentabilidade), Basurama e Unas se uniram para realizar mutirões de intervenção urbana com a participação das escolas infantis de Heliópolis, num processo

que tinha a proposta de ser educativo. Em agosto de 2012, eles criaram jardins verticais feitos de garrafas PET para verdejar as ruas do bairro.

Para além de projetos de urbanismo participativo, o coletivo Basurama também realiza instalações artísticas e culturais em espaços públicos e privados. O objetivo é sempre promover a reflexão sobre a produção dos resíduos sólidos e como eles podem ser usados para tornar os espaços públicos mais humanizados, com intervenções que proporcionem o contato com o lazer e a cultura.

Saiba mais em: <https://basurama.org>





Caminho escolar de Paraisópolis

O premiado projeto Caminho Escolar de Paraisópolis foi a primeira iniciativa brasileira com o objetivo de tornar as áreas escolares mais seguras em bairros vulneráveis. Realizado na segunda maior favela de São Paulo a partir de 2011, ele impactou 8.500 crianças diretamente e toda a comunidade, indiretamente. Paraisópolis somava cerca de 43 mil habitantes, de acordo com o Censo 2010.

Entre as metas específicas da iniciativa, estavam o incentivo à autonomia do estudante no seu caminho entre a casa e a escola, garantindo o direito das crianças à cidade; a promoção de uma atitude positiva e de respeito pelo espaço público como um espaço de aprendizagem; a conscientização da comunidade de Paraisópolis sobre a necessidade de gerar e manter condições que garantam a segurança e a convivência social no trajeto da comunidade escolar; o desenvolvimento de novas experiências educativas relacionadas ao uso e à manutenção dos espaços públicos, tanto dentro das salas de aula, como no entorno da escola; e a melhoria das condições de infraestrutura urbana e de trânsito nos trajetos mais utilizados pela comunidade escolar.

A iniciativa foi capitaneada pela arquiteta especialista em mobilidade Irene Quintán e realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação, no contexto das obras de urbanização que haviam sido iniciadas na comunidade em 2006. O Caminho Escolar de Paraisópolis teve duas fases de implementação e envolveu duas áreas que concentram as nove escolas que atendem à população da favela. Num levantamento realizado, 85% dos estudantes que participaram afirmaram que iam para o colégio caminhando sozinhos ou em grupo.



Imagens: Caminho Escolar de Paraisópolis

Na primeira fase, foi escolhida uma escola em cada área delimitada para receber a apresentação do projeto, uma pesquisa sobre hábitos de mobilidade e percepção do caminho, e a elaboração de um catálogo de atividades para desenvolver durante o período escolar. A pesquisa incluiu 1.600 alunos e professores, mapeou as rotas escolares e indicou a falta de percepção no perigo de atravessar a rua sem cuidado, e a ausência de regras de trânsito.

Na segunda etapa, houve o esforço de envolver a comunidade. O projeto foi apresentado nas sete escolas que não participaram do primeiro momento, em reuniões com a direção e os coordenadores pedagógicos, nos conselhos gestores da comunidade e no Fórum Multientidades.

Caminhos Escolares são iniciativas populares fora do país para incentivar que as crianças se desloquem a pé para as escolas. Em Paraisópolis, dado a grande quantidade de crianças que chegam aos colégios



caminhando, o desafio era tornar o trajeto mais seguro. Assim, no segundo semestre de 2012, as atividades foram focalizadas na educação em segurança viária, tema abordado nas escolas, nos espaços de saúde e pelas lideranças comunitárias.

Além disso, foi identificada uma rua com grande trânsito de crianças e condições urbanísticas deficientes e que foi indicada para receber obras do projeto de urbanização municipal. O projeto foi detalhado e desenhado de acordo com as premissas do caminho escolar: priorização do pedestre, restrição dos espaços para carros, oferta de lugares de convívio e maior acessibilidade. Duas escolas também receberam o projeto “Ônibus a pé”, que requer baixo orçamento e consiste na reunião de um grupo de 20 a 25 alunos para fazer juntos o trajeto para a escola, liderados por dois adultos voluntários. As crianças caminham protegidas pelo responsável que vai à frente do grupo e pelo que fica no fim da fila.

O Caminho Escolar de Paraisópolis tem um componente importante de participação social, uma vez que os centros escolares ficam envolvidos na proposta, na gestão e

implementação dos projetos desenvolvidos com os alunos, em parceria com a equipe externa coordenadora. O projeto já foi apresentado em diversos congressos internacionais, como o Cidades Educadoras na Coréia do Sul, o de Transporte Sustentável na Cidade do México, e no Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico em São Paulo, além de receber o Prêmio Mobilidade Minuto, do Instituto Cidade em Movimento, e ser finalista do City to City Barcelona FAD Award 2012.

Saiba mais em: <https://www.facebook.com/caminhoescolarparaisopolis/>





Clubes da natureza em família



Imagem: Projeto Criança e Natureza

Os Clubes Natureza em Família são uma iniciativa do projeto Criança e Natureza, lançado em 2016 pelo Instituto Alana, e têm o objetivo de proporcionar a interação entre as famílias que desejam aproveitar o tempo com as crianças ao ar livre. Eles são organizados pelas próprias famílias e podem acontecer na periodicidade e formato que forem mais convenientes para cada grupo. Há guias e materiais de apoio disponíveis online para auxiliar quem se interessar por iniciar o seu próprio clube.

A iniciativa é gratuita e dispensa grandes estruturas para acontecer, o que a torna democrática. Além disso, os Clubes Natureza em Família não precisam ser restritos a espaços com riqueza de biodiversidade, embora a existência de locais com essa

característica seja fundamental nas cidades. Uma rua fechada para o lazer no fim de semana pode receber a visita de um clube, por exemplo. O mais importante é estar ao ar livre, pois são nestas ocasiões que as crianças costumam descobrir cores, cheiros, texturas e temperaturas diferentes dos ambientes fechados. As visitas também podem variar de local, ora sendo organizadas em pontos mais próximos ou distantes das moradias das famílias.

Outra variante são as atividades programadas: as famílias podem alternar um passeio com foco no aprendizado sobre a vida silvestre, como observação de aves e plantas, com outro mais aventureiro, como a realização de trilhas e passeios de bicicleta. As únicas constantes são a periodicidade, a criatividade e a interação.

Os Clubes Natureza em Família podem inspirar as prefeituras a incentivar o convívio social ao ar livre. Os espaços de organização comunitária e os equipamentos públicos, como prédios de escolas e postos de saúde, podem ter cartazes estimulando a iniciativa. Além disso, cabem ao poder público manter os espaços abertos de convivência social bem cuidados e seguros, e viabilizar o acesso a esses locais via transporte público de qualidade e via criação de mobilidade alternativa, como ciclovias, por exemplo. Outra forma de incentivo é a disponibilização de informações sobre os lugares de natureza e espaços dedicados ao lazer ao ar livre no seu município.

Dada a facilidade e a autonomia que gera para a comunidade, os Clubes Natureza em Família são uma ótima ferramenta de estímulo à vida saudável e à convivência social, elementos fundamentais para o bom desenvolvimento na primeira infância. Com infraestrutura e informação, o poder público pode se tornar coautor destas iniciativas.

Saiba mais em: <http://criancaenatureza.org.br/>

INSPIRE-SE



Criança fala na comunidade – escuta Glicério

Olhar a cidade pelos olhos das crianças e, então, transformá-la. Esta é a filosofia que orientou o projeto Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério, realizado pela CriaCidade, a convite do Programa São Paulo Carinhosa, da prefeitura paulistana, no bairro que dá nome à iniciativa. Pautada na participação infantil, a ideia foi incorporar os desejos e necessidades dos pequenos em políticas públicas, e projetos arquitetônicos e pedagógicos, reivindicando o exercício da cidadania como um direito a ser respeitado desde os primeiros anos de vida. Como resultado, o Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério, encerrado no fim de 2016, tem transformado um bairro considerado violento e degradado em uma comunidade que vive, no seu dia a dia, a expressão da vontade infantil.

O projeto começou em 2015 e levou a cabo diversas sessões e dinâmicas de escuta das crianças, para descobrir o que os moradores de 3 a 11 anos pensavam do bairro. Em parceria com cursos universitários de Arquitetura, buscou-se entender o que os pequenos achavam e desejavam para os



cortiços e pensões onde a maioria vivia. Da porta de casa para fora, eles puderam contar como percebiam o espaço público como local do brincar.

Neste processo, foram usadas, entre outras dinâmicas, contações de histórias, desenhos e caminhadas que resultaram na organização do mapa afetivo das crianças do Glicério. Numa das atividades, os adultos andaram de joelhos pelas vias, para vivenciar a cidade como os pequenos:

“Fui me colocando no lugar das crianças e vendo a cidade com seus olhos: as calçadas esburacadas e irregulares pareciam uma montanha russa de emoção, os prédios, tão enormes, pareciam que iam me devorar”, relata Nayana Brettas, fundadora da CriaCidade e coordenadora do Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério.

O projeto foi implementado sob três eixos: empoderamento de adultos e crianças por meio da formação; ressignificação dos espaços públicos através da ocupação e da transformação; e atuação em rede com diversos setores da sociedade. Para o primeiro, o Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério engajou os educadores de três escolas municipais, os familiares das crianças, as jovens lideranças comunitárias e os funcionários da unidade básica de saúde do bairro e da assistência social, a fim de melhorar o atendimento para os pequenos cidadãos.

Imagens: Criança Fala na Comunidade





As formações com as famílias e os jovens do Glicério tiveram o objetivo de conscientizá-los sobre como dar continuidade à valorização do olhar infantil para a comunidade e à ocupação do espaço público, depois que o projeto se encerrasse. Numa resposta às demandas das mães apresentadas nesses encontros, foram dadas aulas de artesanato, que resultaram na geração de renda para aquelas que passaram a comercializar seus produtos.

O Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério também promoveu atividades culturais regulares ao ar livre, como rodas de leitura e apresentações de teatro e circo. Esses momentos serviram para ajudar crianças e adultos a naturalizar o a rua como espaço educador e atraente para os pequenos. Uma vez por mês, as crianças do Glicério passaram a realizar cortejos de maracatu pelas ruas do bairro. Nessas ocasiões, eles exibem desenhos, textos e poesias para toda a comunidade. No que diz respeito à atuação em rede, o projeto conta com diversas parcerias públicas e privadas, como as secretarias municipais de Educação e Cultura, e empresas.

Numa experiência concreta de transformação da cidade pelos olhares das crianças, foi realizado em 2016 o Cidade que Brinca, um desdobramento do Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério. Nele, três ruas do bairro sofreram intervenções para integrar um circuito lúdico, que refletisse o imaginário infantil: asfaltos e muros foram pintados, o mobiliário público foi adaptado e, em alguns casos, virou brinquedo.

As intervenções aconteceram em grandes eventos recreativos organizados no Glicério e foram realizadas em conjunto com os

pequenos, que receberam a visita de artistas para os ajudarem na concretização de seus sonhos para a cidade. O tema escolhido pelas crianças foi “criaturas fantásticas”. Como consequência, as fachadas das casas foram pintadas, uma delas virou castelo com jardim e, em pleno asfalto, surgiu um lago com jacaré. É ainda possível se deparar com uma girafa de duas cabeças e, em outro ponto, a cauda de um dinossauro vira uma onda gigante, onde as crianças podem escorregar. Numa das escolas, a diversidade de nacionalidades que marca o Glicério resultou num prédio colorido e instigante.

Para marcar seu incômodo com a sujeira das ruas, tão citado nas sessões de escuta, as crianças decidiram pintar os focos usuais de sujeira em amarelo, para destacá-la. Após solicitações, o poder público instalou lixeiras e melhorou a iluminação. Passada a fase de intervenções do Cidade que Brinca, os espaços continuam sendo ocupados pela comunidade. A escola que foi pintada costuma receber visitas de outros alunos para aulas públicas e contações de histórias. As ruas que integram o circuito abrigam brincadeiras espontâneas. E os cortejos de maracatu seguem levando alegria e energia infantil pelas ruas do Glicério.

“Posso resumir a forma como trabalhamos o Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério com dois termos fundamentais e que foram orientadores: escuta focada no brincar e no vínculo afetivo, e respeito à linguagem das crianças”, resume Nayana.

Saiba mais em: <http://www.criacidade.com.br/>





Imagens: Criança Pequena em Foco



Criança Pequena em Foco

No Rio de Janeiro, as crianças da favela de Manguinhos têm tido a oportunidade de dizer o que as incomoda, amedronta e o que gostariam que mudasse em relação à mobilidade na comunidade e seu entorno. Por meio do projeto Criança Pequena em Foco, o CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular, com apoio da Fundação Bernard van Leer, do Instituto C&A e da United Way, tem se unido aos moradores para tentar tornar melhores os caminhos de quem vive numa das áreas mais pobres da cidade. O objetivo é promover a participação infantil como instrumento fundamental no planejamento urbano em geral, colocando-a em prática na questão da mobilidade em Manguinhos e avaliando os resultados positivos da iniciativa.

O projeto, que teve início no fim de 2011, deve continuar até 2017. Os primeiros

esforços foram dedicados ao desenvolvimento e promoção de metodologias de escuta infantil. Foram ouvidas as experiências das crianças em seus territórios. Foram mais de cem crianças de três comunidades: Dona Marta, Chapéu Mangueira e Babilônia. Como um dos resultados da iniciativa, foi feita uma publicação sobre essas metodologias, com a finalidade de promovê-las.

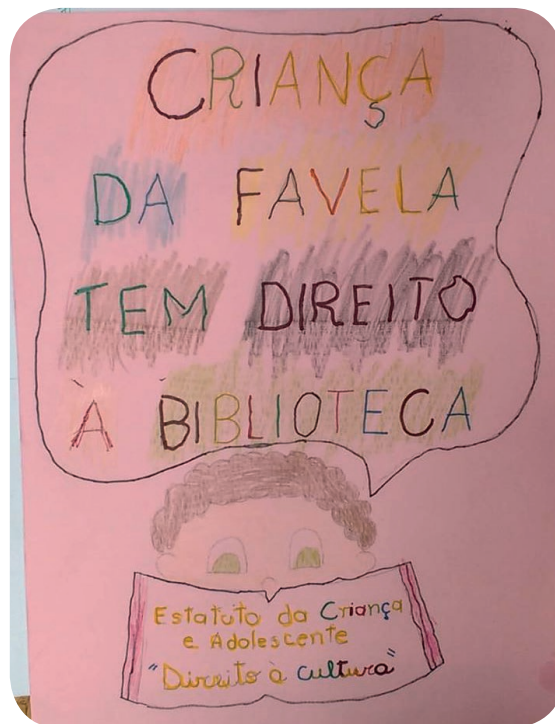
Em 2014, começou o planejamento para que o projeto pudesse atuar a longo prazo em um local determinado. Foi quando o Criança Pequena em Foco chegou a Manguinhos, local escolhido, entre outras coisas, porque é um bairro com muitos relatos de acidentes de trânsito envolvendo crianças. Nas ruas internas, as poucas calçadas disponíveis aos pedestres sofrem com o acúmulo de lixo, carros estacionados e outros obstáculos que impedem a passagem. Na comunidade também tem muitas motos circulando, inclusive transportando crianças de forma

insegura, e duas vias de tráfego intenso e alta velocidade: uma delas acaba de ser construída como resultado do Programa de Aceleração do Crescimento e já está sendo usada por veículos e pedestres, sem ter sido devidamente preparada para o uso da população, com marcações e sinalizações.

O Criança Pequena Em Foco promoveu escutas com as crianças de Manguinhos, para saber suas maiores preocupações sobre questões de mobilidade. O lixo nas calçadas foi um dos problemas mais citados. Numa das sessões, as crianças foram vendadas e lhes foi pedido que relembrassem como era o caminho desde que saíam de casa até chegarem na escola: os pequenos se locomoviam pela sala mostrando o que encontravam pela rua e como se comportavam nela. Depois dessa experiência, num segundo momento, as crianças desenharam num papel o que viam no trajeto. Outras ações foram realizadas em paralelo, adultos e adolescentes também foram ouvidos por pesquisadores contratados pelo projeto, sabendo-se que a participação social deve ser de todos, para que a cidade reflita as demandas de toda a sociedade.

Para estabelecer uma relação de confiança com os moradores, os responsáveis pelo projeto fazem parcerias, buscando aproximá-lo com outras iniciativas que já atuam na comunidade, como o projeto Portinari, as escolas, e a Biblioteca Parque, uma referência positiva para as crianças. O Criança Pequena em Foco também tem parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro, através do programa Rio+Social do Instituto Pereira Passos (IPP) e do Centro de Comunicação e Educação para o Trânsito da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio).

O projeto apresentou aos moradores de Manguinhos os resultados das escutas e pesquisas. De forma participativa, a comunidade pôde visualizar, reforçar ou contestar as questões relacionadas à mobilidade e circulação locais. O próximo passo, elaborar um plano de ação, tem dois objetivos: incidir sobre o poder público, apresentando as demandas levantadas, efetivar a participação social e promover,



junto aos moradores, as mudanças que estão a seu alcance, como, por exemplo, melhorar as condições de uma praça abandonada.

Outro objetivo do projeto é a produção de uma publicação sobre circulação e mobilidade, destinada aos professores da rede municipal no Rio de Janeiro. A publicação trata a educação no trânsito sob a perspectiva de mobilidade e direito à cidade. A ideia é formar os educadores neste tema, e que o documento seja usado nas salas de aula.

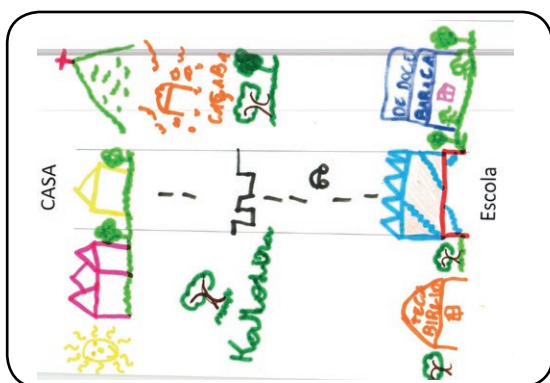
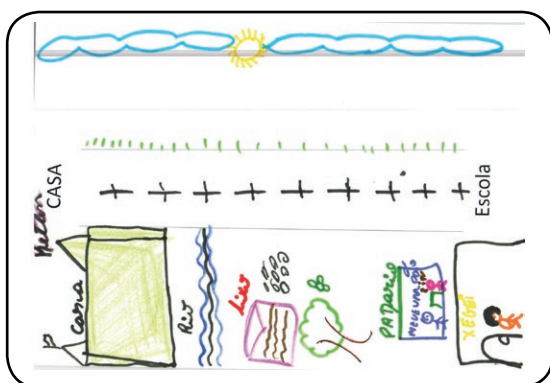


O Criança Pequena em Foco também tem promovido a participação infantil e procurado incidir sobre o poder público para incorporar essa participação efetiva. Já foram realizados dois seminários sobre o tema e, até 2017, acontecerá a segunda edição do Prêmio Nacional de Projetos de Participação Infantil. Em relação à articulação política, o CECIP, junto a outros parceiros, conseguiu que a escuta infantil fosse incorporada à elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância do Rio de Janeiro e às conferências Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, ao longo do projeto.

O objetivo agora é conseguir que as crianças passem a participar permanentemente dos Conselhos de Direitos.

Desde seu lançamento, o Criança Pequena em Foco tem trilhado uma importante jornada na valorização das vozes das crianças para pensar a cidade e as formas de se locomover nela de forma inclusiva, e na consolidação da perspectiva de que a participação social e infantil é um caminho fundamental para uma gestão pública democrática e eficiente.

Saiba mais em: <http://www.cecip.org.br/site/crianca-pequena-em-foco/>





Exploradores de rua

Imagens: Exploradores de rua



Fazer das ruas de São Paulo uma extensão da sala de aula, inserindo as crianças na rotina da cidade, é o objetivo do projeto Exploradores de Rua, realizado pelo grupo de estudos em mobilidade apê desde 2015. A iniciativa trabalha com alunos de escolas municipais com idade entre 4 e 6 anos, levando-os para caminhadas, em que fazem uma observação do espaço aberto pautada por temas que estão sendo abordados no colégio.

O Exploradores de Rua surgiu a partir de um convite feito pelo Instituto Tomie Ohtake ao apê. A ideia era que eles organizassem uma atividade com crianças no contexto de um prêmio que se propunha a pensar formas de incluir públicos que normalmente não são levados em consideração pela Arquitetura e o Urbanismo. Hoje, o projeto é tocado pelo apê, sempre em parceria com as comunidades escolares. Quatro escolas já

participaram, somando 350 estudantes.

Costuma funcionar assim: o apê é convidado pelos colégios e apresenta o projeto para pais, alunos, professores e diretores. Até que a saída seja realizada, acontecem diversos encontros para organizar, e gerar interesse e confiança. Os professores informam os assuntos que estão trabalhando em sala de aula, e então surgem as ideias temáticas para as saídas. As crianças também participam das conversas, momento usado para debater a cidade e a acessibilidade infantil a ela.

“As condições de mobilidade não existem para adultos, muito menos para crianças. O meio fio é alto para todo mundo.

As calçadas e praças não têm lugar para parar e aproveitar o tempo, e quase não existem bancos para as pessoas sentarem. Precisamos criar acessibilidade e adaptação para todos. A gente senta no gramado com as crianças, mas é raro ver adultos fazendo isso. Trabalhar

a mobilidade infantil é chamar atenção para as necessidades da cidade para todos”, define Carolina Barreiros, integrante do apê.

De cada caminhada, participam entre dez e 15 crianças, para que os adultos (no mínimo, dois) sejam capazes de cuidar e dar atenção a cada uma. As saídas são sempre momentos de troca intensa de impressões, conversas e questionamentos entre as próprias crianças e com os supervisores.

O nome do projeto é uma forma de incentivar, ludicamente, o interesse dos alunos. Dependendo do tema da saída, eles levam saquinhos para coletar itens como pedrinhas, folhas e flores, e levam lupas e binóculos. Atentos e curiosos, tornam-se verdadeiros exploradores de tudo o que está ao redor. E costumam atrair todos os olhares:

“Quando andamos com os alunos, a rua muda. As pessoas ficam espantadas de ver dez crianças ali. Tornam-se cuidadosas, querem interagir, mobilizam-se em torno dos pequenos”, conta Carolina, para completar: “Sinto que é um trabalho importante para crianças e adultos. A criança percebe muito o comportamento do adulto e tende a reproduzir o medo e a preocupação de estar na rua, quando, na verdade, a vivência ao ar livre é muito natural para elas. O que buscamos é não bloquear isso. Tem sido muito importante a criação deste senso de comunidade perto das escolas, da possibilidade de usar a cidade sem medo”.



As saídas duram de 30 minutos a uma hora. Os trajetos costumam ser planejados, para que os instrutores possam fazer o estudo de acessibilidade antes, checando as condições de calçadas e cruzamentos, por exemplo. Mas nada é muito engessado, para que as crianças tenham nas caminhadas a experiência do que deve ser a vivência nas ruas das cidades: flexível.

“As pessoas costumam andar muito rápido, para chegar aos lugares. Perde-se o componente humano, a possibilidade do encontro”, lamenta Carolina.

Trabalhando no campo da educação, espaço de modelagem de hábitos e costumes, é exatamente isso que o Exploradores de Rua tem tentado resgatar pelas vias de São Paulo.

Saiba mais em: <http://www.apemobilidade.org/exploradores-da-rua>





Grupo Sobrevento

Imagens: Grupo Sobrevento



É na visão da criança como um ser pleno, capaz de se comunicar, relacionar e emocionar que o Grupo Sobrevento se baseia para a criação de seus espetáculos de teatro para bebês. Fundado há 30 anos, a companhia começou a montar peças para este público há aproximadamente 11, quando alguns de seus integrantes tiveram filhos. Hoje, possui três espetáculos para crianças de 6 meses a 3 anos em repertório, já se apresentou em diversos países, é uma referência internacional no teatro para bebês e um dos expoentes dos debates sobre cultura para a primeira infância no país, integrando a Rede Nacional Primeira Infância.

As peças para esta idade apresentadas pelo grupo são “Bailarina”, “Terra” e “Meu Jardim”. Bem diferentes entre si em temáticas e linguagens, os espetáculos indicam que não há regras no teatro para bebês.

“Para o artista, é muito provocador, uma espécie de recomeço e reinvenção. O teatro

para a primeira infância te obriga a repensar suas certezas em relação ao público. Não dá para dizer que os bebês gostam mais de determinado tipo de espetáculo ou cenário. Não há verdades prontas com eles”, observa Luiz André Cherubini, um dos fundadores do Grupo Sobrevento e que completa:

“Nós fazemos teatro para bebês porque acreditamos na capacidade poética como sendo inata ao ser humano. É preciso estar atento para escutar o que as crianças têm a dizer aos adultos e isso acontece o tempo todo nos espetáculos, inclusive para os pais, que começam a descobrir a autonomia de seus bebês”.

No Espaço Sobrevento, mantido pelo Grupo no bairro do Belenzinho, em São Paulo, há cadeiras especiais para os bebês assistirem às peças teatrais. Segundo Luiz, não é raro os pais se surpreenderem ao ver seus bebês, acostumados apenas com colo e berço, ficarem sentados nesses assentos

durante 50 minutos, concentrados nos espetáculos. O local, que fica perto de uma estação de metrô, possui estacionamento para carrinhos de bebês, banheiro com trocadores, cadeira de amamentação e um espaço com brinquedos simples, como conchas e caramujos, para proporcionar a confraternização e o encontro antes do início das apresentações.

Os três espetáculos apresentados pelo grupo têm durações variadas, de 25 a 50 minutos. Eles ficam em cartaz por temporadas. A capacidade de público costuma ser de 80 pessoas: 40 bebês com um acompanhante cada. No entanto, é comum que a grande procura leve a companhia a acomodar até 120 espectadores por apresentação. Todas elas são gratuitas e, para promovê-las, o grupo costuma acessar editais de cultura.

A iniciativa de teatro para bebês do Grupo Sobrevento não fica restrita ao espaço no bairro do Belenzinho. Junto com a companhia La Casa Incierta, pioneira no teatro para a primeira infância na Espanha e também presente em Brasília, o grupo já realizou seis edições do “Primeiro Olhar: Festival Internacional de Teatro para Bebês”, com apresentações na capital federal, em São Bernardo do Campo (SP) e em São Paulo. A iniciativa tem colaborado para incentivar a produção para esta faixa etária no país, engajando mais grupos e trazendo companhias de fora do Brasil.

Conscientes da importância da arte para o desenvolvimento humano, o Grupo Sobrevento e La Casa Incierta também levam o teatro a outros espaços, como creches e presídios femininos, onde as mães ficam com seus bebês até os seis meses de vida. Além disso, realizam oficinas com educadores para sensibilizá-los e oferecer-lhes mais informações sobre o tema. Em São Bernardo do Campo, em 2014, o Sobrevento fez apresentações em todas as creches públicas e credenciadas à prefeitura, o que somou aproximadamente 130 instituições de ensino. Este ano, a pedido das próprias creches, ampliaram o alcance a 160.



As apresentações no espaço escolar foram motivadas pela percepção de que os espetáculos que aconteciam dentro de teatros, ainda que gratuitos, atingiam um público muito específico, que já tinha o hábito de frequentar esses locais. As visitas acontecem, portanto, com o objetivo de democratizar o acesso à arte.

“Quando vamos às creches, levamos todo o cenário, equipamento de som e figurino, para montar um ambiente que rompa com o cotidiano das crianças e seja mágico. É incrível ver como, numa creche ruidosa, estabelece-se um silêncio profundo durante as apresentações. Os bebês e os educadores se emocionam”, conta Luiz André.

O Grupo Sobrevento também produz espetáculos para crianças de outras idades, adolescentes, jovens e adultos, e possui um importante reconhecimento por seus espetáculos de animação e com bonecos, também se engajando em festivais e seminários sobre o tema e acumulando prêmios de importância nacional.

Saiba mais em: <http://www.sobrevento.com.br/>



Instituto da Infância

Imagens: Instituto da Infância



O Instituto da Infância, Ifan, mantém o Programa Parques Infantis em cidade rurais do Ceará há 16 anos. Ao todo, são 11 equipamentos em oito municípios, atendendo a cerca de 20 mil crianças diretamente. A iniciativa faz parte do projeto Infância Rural no Nordeste. A proposta de trabalhar nesses territórios se dá devido às profundas desigualdades que os marcam. O objetivo é tentar influenciar os gestores municipais a incorporarem a iniciativa como política pública promotora da primeira infância e da infância na comunidade.

Os parques infantis não são apenas equipamentos para a promoção do brincar, mas são construídos no contexto de outras iniciativas do projeto Infância Rural, a fim de promover um impacto realmente

transformador. A metodologia usada para que as crianças, as famílias e a gestão pública participem da concepção, implementação, administração e monitoramento tem o efeito de criar uma dinâmica nessas cidades em torno dos direitos da infância. Desde o planejamento, existe participação ativa das crianças. São elas que escolhem os brinquedos, determinam as cores, a forma como querem que os utensílios estejam dispostos. Em paralelo, é feito um trabalho com pais, adolescentes, professores e representantes das religiões locais para explicar o que é o projeto, entender se eles apoiam, dialogar sobre as temáticas importantes a serem tratadas no parque e quais problemas diagnosticam na comunidade.



Os espaços, embora voltados prioritariamente para a primeira infância, se tornam pontos de atração também para todos os grupos na cidade. À noite, são utilizados pelos adultos para jogar dominó ou bola, para dar dois exemplos clássicos. Há casos em que as mães se organizaram para utilizar o parque para fazer exercícios; em outros, as comunidades realizam a exibição de filmes ao ar livre. Existem, no entanto, jogos, brincadeiras e equipamentos ali exclusivos para as crianças até 6 anos. Essas atividades são divididas entre 0 a 3 anos e 3 a 6 anos.

O município, por sua vez, entra com uma contrapartida, o terreno. A instalação do parque, a capacitação para jovens e adultos atuarem junto às crianças nos espaços, as metodologias participativas e de monitoramento ficam por conta do Ifan. A administração e a manutenção do parque são responsabilidade da comunidade, com apoio do município. Os instrutores normalmente são estudantes universitários ou do ensino médio, e profissionais da educação. Tudo o que é importante para as crianças daquela comunidade envolve o espaço. Se há uma campanha de vacinação infantil em curso, por exemplo, o parque se torna instrumento de debate e divulgação; se a escola local quer fazer uma atividade com as famílias e a comunidade, os parques abrigam esses eventos. Há o caso de uma escola que passou a utilizar o parque para dar algumas aulas em sua grade curricular fixa. Outra potencialidade do parque é que ele seja usado por moradores das regiões próximas, onde não há muitas opções de lazer.

Da concepção à entrega, o projeto dos Parques Infantis tenta promover uma ação transformadora da infância, e das relações e interações sociais e intergeracionais que se colocam em cada comunidade específica.

Saiba mais em: <http://www.ifan.com.br/projeto-parques-infantis/>



La Casa Incierta

Imagens: La Casa Incierta



O pioneirismo marca a história da companhia de teatro La Casa Incierta, tanto no Brasil quanto na Espanha. Fundada pelo diretor espanhol Carlos Laredo e a atriz brasileira Clarice Cardell, o grupo se dedica a pesquisa, criação e fomento do teatro para bebês desde o ano 2000, quando o assunto era pouco conhecido e debatido nos dois países. Hoje, o grupo é reconhecido em nível internacional e estende suas atividades a Bélgica, Itália, França e Portugal.

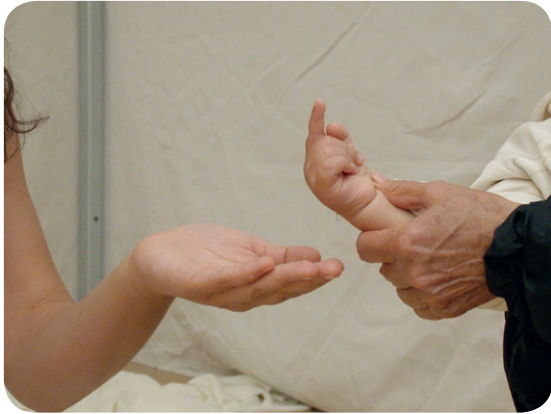
A dedicação ao teatro para a primeira infância começou após o nascimento da primeira filha de Carlos e Clarice. Desde então, engajaram-se na investigação sobre as possibilidades da linguagem artística para crianças de 0 a 3 anos, tendo desenvolvido diversos espetáculos, dentre os quais mantêm oito em repertório. Outra frente que logo se revelou

importante para a atuação da companhia foi a disseminação do tema entre produtores culturais, educadores, pais e governantes.

Desde que começaram a trabalhar com o teatro para bebês, Clarice e Carlos perceberam que seria muito importante conscientizar os adultos sobre o papel central que a arte tem na formação humana:

“A cultura é o que diferencia o homem de outras espécies animais. Ela, por meio do teatro, da música e do cinema, entre outras expressões, é a maior criadora de vínculos sociais, que é aquilo de que o ser humano mais precisa”, explica Carlos.

No teatro, afirma Carlos, a ausência de repertório prévio nos bebês abre espaço para uma experiência contemplativa, emocional,



que estimula a concentração e o engajamento dos espectadores com a experiência sensorial do momento. As ferramentas narrativas usadas no teatro convencional para adultos são postas em xeque como, por exemplo, a estrutura cronológica para contar histórias: passado, presente e futuro. Os bebês vivenciam o presente radicalmente. Mas isso não tira deles a capacidade de se envolverem com as histórias apresentadas. De acordo com Carlos, os espetáculos costumam durar de 30 a 40 minutos, pois as apresentações são bastante intensas.

“No teatro para a primeira infância, você se relaciona coletivamente com cada indivíduo que está ali. É uma experiência extremamente emocional. É como você olhar cada um deles no fundo da alma, numa experiência muito comovente, para o artista e para o público”, diz Carlos.

Também devido a esta intensidade, o grupo não faz espetáculos para uma plateia maior do que 40 bebês e 40 adultos. No fim, os usuais aplausos do teatro convencional são substituídos por um profundo silêncio e a



atitude de cruzar as fronteiras do palco de arena: os bebês costumam ir até os atores para interagir, trocar.

No Brasil, La Casa Incierta fica baseado na capital federal, onde apresenta seus espetáculos em teatros, festivais e creches, e empreende um importante esforço de diálogo com o poder público sobre a cultura na primeira infância. Em 2013, a companhia teve participação ativa na construção do Plano Distrital pela Primeira Infância e, no âmbito da Rede Nacional Primeira Infância lidera o Grupo de Trabalho sobre cultura. A companhia também realiza, desde 2010 junto com o Grupo Sobrevento, o “Primeiro Olhar: Festival Internacional de Teatros para Bebês”. O evento já está na sexta edição e tem sido uma importante ferramenta para divulgar a cultura para primeira infância no país, incentivando a formação de público e também de profissionais. La Casa Incierta realiza ainda temporadas em diversas cidades do país, com o mesmo objetivo de popularizar e estimular a arte para bebês.

Saiba mais em: <http://lacasaincierta.com/>



Imagens: Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis



Mostra de cinema infantil de Florianópolis

Um evento criado para responder à falta de atrações culturais para as crianças na capital catarinense se transformou num importante movimento pelo cinema voltado para a primeira infância no país. Criada há 15 anos, a Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis expandiu as sessões de filmes na cidade para um Circuito Estadual de Cinema Infantil, a criação do Fórum de Cinema e Educação e do Encontro Nacional do Cinema Infantil, e a atuação junto à Rede Nacional Primeira Infância, consolidando-se como importante ator de diálogo com o poder público sobre o cinema brasileiro para crianças e jovens.

A iniciativa surgiu em 2002, quando a diretora geral da Mostra, Luiza Lins, se deu conta de que não havia em Florianópolis opções de acesso para crianças a produções cinematográficas que fossem além das criações norte-americanas. A constatação, na verdade, se estendia a todo o país: os investimentos no cinema não-comercial para a primeira infância eram praticamente nulos,

especialmente no que diz respeito a filmes nacionais.

“Criei a Mostra com uma amiga porque não consigo conceber uma criança crescer sem contato com a arte. A criança tem o direito de se ver na tela, enxergar suas origens, história e cultura”, conta Luiza.

A primeira edição, em 2002, apresentou oito filmes, entre curtas, médias e longas-metragens. Já a Mostra mais recente, que aconteceu em julho de 2016, teve 76 filmes exibidos, sendo três pré-estreias de longas nacionais. O evento tem uma Mostra Competitiva de curtas-metragens, cujos vencedores são definidos por um júri oficial, um infantil e pela votação do público.

A edição mais recente do evento somou dez mil espectadores. Além do grande número de exhibições nacionais, a Mostra também exhibe filmes de outras nacionalidades, que não norte-americanas. O objetivo é diversificar o repertório cultural infantil, fugindo da linguagem comercial.

“São filmes mais próximos da realidade das crianças: lúdicos, divertidos, diversos e com

personagens com os quais elas se identificam. Têm tudo o que um filme comercial tem, mas não impulsionam o espectador para o consumo”, afirma a diretora.

A Mostra acontece sempre no Teatro Governador Pedro Ivo e tem faixa etária indicada para crianças de 3 a 12 anos. O evento dura, em média, dez dias, durante os quais o espaço é transformado num centro cultural infantil, com exibição gratuita de filmes, bibliotecas e palcos para shows e apresentações de teatro. Toda a estrutura atende a uma grande carência de espaços de arte destinados às crianças nas cidades brasileiras.

As sessões de cinema costumam durar de 20 a 30 minutos. De acordo com Luiza, a enorme tela instalada numa sala de 600 lugares compõe um ambiente que faz os rostos dos espectadores serem tomados por expressões de admiração. Para muitos, este é o primeiro contato com o universo cinematográfico.

A fim de garantir o acesso a crianças de diferentes partes da cidade, o evento disponibiliza transporte gratuito para levar alunos de creches e escolas públicas até o teatro. Além disso, durante todo o ano, acontece uma mostra itinerante que realiza projeções em escolas e associações comunitárias. Os espaços onde as sessões itinerantes acontecem são arrumados de maneira a garantir uma verdadeira experiência de ida ao cinema aos pequenos.

Buscando atingir um público além de Florianópolis, há sete anos, a Mostra criou o Circuito Estadual de Cinema Infantil, que consiste no diálogo com as prefeituras dos municípios de Santa Catarina para a formação de cineclubes. Como incentivo, a equipe da Mostra oferece DVDs com os filmes vencedores da Mostra Competitiva de cada ano, com legenda em libras, e realiza capacitações com profissionais das áreas de cultura e educação das cidades. Os formatos de exibição, no entanto, são implementados por cada município.

No que diz respeito ao diálogo com os adultos, a equipe da Mostra realiza anualmente, em paralelo ao evento principal,



o Fórum de Cinema e Educação e o Encontro Nacional de Cinema Infantil, espaços para diálogo com educadores e produtores de audiovisual sobre a importância da cultura na primeira infância como instrumento de formação humana e cidadã. Essas iniciativas surgiram porque, desde a primeira edição, ficou claro que, para continuar realizando a Mostra, seria necessário fomentar o debate sobre o cinema infantil no Brasil.

Junto à Rede Nacional Primeira Infância, a Mostra emprega um importante esforço de diálogo sobre o tema com o poder público e, como resultado, viu aprovada a lei que determina a criação de cinemas nas escolas brasileiras. O texto aguarda regulamentação. Além disso, em 2015, a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura lançou um edital para a produção de longas voltados para o público infanto-juvenil.

“Nós acreditamos na inclusão social por meio da cultura. Avançamos, criamos algumas iniciativas, mas ainda não é suficiente”, conclui Luiza.

Saiba mais em: <http://www.mostradecinemainfantil.com.br/>





Movimento boa praça

Imagens: Movimento Boa Praça



Moradora do Alto de Pinheiros, em São Paulo, a pequena Alice estava prestes a completar 4 anos de idade em 2008, quando pediu à mãe, Cecília, que a festa fosse realizada no parquinho da praça François Berlinger, perto de casa. Surpresa, Cecília disse à filha que o espaço estava muito deteriorado e que seria difícil organizar a celebração ali. Ouviu como resposta:

“A gente conserta, mãe”.

Foi da energia e do desejo de uma criança, acolhidos pela mãe e por todo o bairro, que surgiu o Movimento Boa Praça. Cecília levou a sério a ideia da filha e convocou toda a comunidade a colaborar. A proposta era que a menina abrisse mão dos presentes, para ganhar de quem pudesse contribuir um parquinho novo na praça de que tanto gostava. Deu certo.

À pedido de Cecília, a subprefeitura consertou os brinquedos e emprestou toldos. Amigos músicos da família foram tocar, um supermercado doou lixeiras que foram instaladas e uma academia das redondezas colocou uma cama elástica para as crianças. Alguns vizinhos deram dinheiro, outros foram contar histórias, fotografar, fazer mosaicos, plantar, colaborar como podiam. Para a

comunidade, ficou um parquinho revitalizado e o sentimento de que podiam fazer mais. Ou ainda: que deviam, pois se deram conta de que se não ocupassem e conservassem o espaço, em poucos anos ele estaria novamente deteriorado.

Carolina, que morava a cinco quadras dali, em frente a outra praça mal conservada, foi conferir o resultado da mobilização. Levava consigo o desejo de também proporcionar a seus dois filhos um espaço aberto com qualidade para brincar. Juntou forças com o grupo e decidiram, então, que se reuniriam todo último domingo do mês nas praças da redondeza, para realizar piqueniques comunitários e os reparos necessários. O objetivo desses encontros é que o espaço saia sempre melhor do que quando eles chegam. Até hoje, já fizeram mais de 60 atividades.



“O ciclo que tentamos quebrar com a nossa existência é o do abandono: a praça está abandonada porque ninguém vai ou ninguém vai porque está abandonada?”, resume Carolina.

Para realizar as intervenções de melhoria, o Movimento Boa Praça busca o diálogo com a vizinhança da praça onde atuará, tentando entender suas principais demandas e necessidades. As crianças também são incluídas nas escutas, por meio de brincadeiras, contação de histórias, desenhos e outras dinâmicas para incentivar a participação infantil.

Na praça em frente à casa de Carolina, por exemplo, os alunos de uma escola que fica localizada no entorno foram ouvidos. Os dois pedidos principais foram a construção de uma área para jogar bola, e mesinhas para estudar, pois algumas crianças e adolescentes reclamavam que não conseguiam se concentrar em casa direito. A demanda foi atendida.

Para qualquer intervenção maior que seja necessária, o Movimento Boa solicita à prefeitura, e sempre a comunica de seus planos para os espaços. Em geral, o que precisa ser feito é mais simples e depende apenas da atuação dos vizinhos. Eles são convidados a colaborar com aquilo que sabem, como jardinagem, marcenaria e pintura, e, para as atividades de lazer que alegam os piqueniques, realizam apresentações teatrais, sarais, projetam filmes e montam bibliotecas, entre outras coisas.

“Uma das coisas mais valiosas deste processo é o senso de pertencimento à comunidade. Eu conheço as pessoas que moram no meu entorno. Meu filho brinca na praça sozinho, ele conhece todas as pessoas, crianças, cachorros do bairro. Se ele circular aqui perto, sei que os vizinhos estão de olho. É o que se chama de olhos da rua. Quanto mais conexões numa comunidade você cultiva, mais segurança você tem naquele tecido social”, conta Carolina.



O grupo atua regularmente nas praças da região que fica entre a Lapa e Pinheiros, mas costuma expandir o conhecimento acumulado ao longo de oito anos de existência para outras regiões, apoiando iniciativas semelhantes, realizando formações ou acessando editais públicos.

Em 2010, o Movimento Boa Praça realizou, em parceria com a Associação ProScience, o Projeto Boa Praça, que foi selecionado pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e financiado pelo Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA). A iniciativa foi realizada na Praça Amadeu Decome, na Lapa, Zona Oeste de São Paulo, e teve como objetivos realizar um diagnóstico do espaço e da comunidade em seu entorno, mobilizar os moradores e formar agentes socioambientais locais, para amplificar e replicar boas práticas.

Em 2013, o grupo ajudou a criar a Lei sobre Gestão Participativa de Praças, que foi sancionada em 2015 e propõe que a população seja incluída na administração e manutenção desses espaços. Agora, o objetivo é realizar um levantamento do perfil das mais de cinco mil praças de São Paulo, a fim de melhorar a gestão e o uso dessas áreas em prol das comunidades em seu entorno.

Saiba mais em: <http://movimentoboapraça.com.br/>

INSPIRE-SE



Olhe o degrau

Imagens: Olhe o Degrau – Jardim Ângela



Identificar, escutar e transformar. Estas são três palavras que bem definem o projeto Olhe o Degrau – Jardim Ângela, que aconteceu no distrito de mesmo nome na Zona Sul de São Paulo nos anos de 2015 e 2016. A partir da parceria entre a organização Cidade Ativa e o Instituto Cidade em Movimento (IVM), alunos de todas as idades da Escola Estadual Oscar Pereira Machado puderam dizer e ver concretizadas mudanças que desejavam para a escadaria que fica em frente ao colégio. O lugar, até então, era considerado degradado e violento, mas, após as intervenções, passou a ser ocupado por adultos e crianças para atividades de lazer.

Desde 2014, a Cidade Ativa realiza estudos sobre mobilidade e saúde, e estava empenhado em colaborativamente mapear as escadarias de São Paulo, a fim de pensar melhor uso e apropriação desses locais por parte da população. Esta iniciativa, que recebeu o nome de Olhe o Degrau, teve uma edição piloto em que promoveu intervenções numa escadaria em Pinheiros e foi consagrada com o Prêmio Mobilidade Minuto, do IVM.

Em seguida, veio o convite para integrar o estudo Passagens Jardim Ângela, do mesmo IVM e que propõe uma abordagem multidisciplinar do território, integrando a

comunidade no mapeamento de passagens tradicionais e elaboração de propostas de melhoria da mobilidade local. Assim, além da Cidade Ativa fazem parte do grupo de trabalho liderado pelo IVM no bairro a arquiteta e urbanista Irene Quintáns, que desenvolveu estudos de mobilidade de jovens e crianças nos caminhos para as escolas; professores e alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Mackenzie, que abordaram território e ocupação; e as produtoras de vídeo Cavalo Marinho e Instituto Favela da Paz, sob a coordenação de Camille Bianchi.

Assim, portanto, surgiu o Olhe o Degrau – Jardim Ângela. No levantamento das escadarias do bairro, foram identificados 14 escadões, dos quais quatro tiveram suas dinâmicas de uso analisadas profundamente. Foram observadas quantas pessoas em média passavam por esses locais, os usos que faziam deles e as condições em que se encontravam. A escadaria em frente à Escola Estadual Oscar Pereira Machado era a que mais tinha movimento e foi escolhida para passar por um processo de requalificação. Mas não sem antes ouvir a comunidade.

Por estar localizada em frente a um colégio, escutar o que as crianças tinham a dizer sobre aquele espaço foi fundamental. Assim,

a Cidade Ativa organizou durante um sábado de 2015 a oficina Escadão dos Sonhos. Neste processo, os estudantes inscritos no programa Escola da Família puderam expressar, por meio de atividades lúdicas, aquilo que desejavam para a escadaria em questão.

O local foi decorado por voluntários, alunos e moradores, o que deu um clima festivo para a programação. Entre as dinâmicas para incentivar a participação, estavam a oficina “Janela do Futuro”, em que as crianças foram convidadas a pintar, em papéis espelhados pelas paredes do escadão, como elas imaginavam o lugar visto por uma janela mágica; a instalação dos painéis interativos, para as pessoas votarem nas soluções mais desejadas; e a identificação, numa maquete, de elementos necessários para melhorar o espaço e o ponto geográfico onde deveriam ser instalados.

“Este dia funcionou muito bem com as crianças, elas adoraram participar. Coletamos informações sobre quais tipos de atividade as atrairiam para passar mais tempo no escadão. Percebemos que o futebol aparecia o tempo todo nos desenhos que os meninos faziam. Eles queriam tirar os degraus e colocar um campo. A partir disso, propusemos à prefeitura a instalação de uma travessia elevada ligando a rua à escola, para eles poderem jogar bola. Nós nunca teríamos previsto isso, se eles não tivessem dito”, conta Rafaella Basile, coordenadora de projetos e pesquisas da Cidade Ativa.

Outras demandas que surgiram foram a instalação de corrimãos, jardins, bancos e brinquedos. Com estas informações em mãos, a Cidade Ativa elaborou um projeto de requalificação da escadaria. Como parte das mudanças poderiam ser implementadas pela própria comunidade, um segundo fim de semana de atividades foi marcado, desta vez, em junho de 2016, para realizar as intervenções.

Em parceria com GED Inovação, patrocínio da Bayer e apoio de outras organizações que se mobilizaram pela causa, como Ciclo Social Arte Escola Estadual Oscar Pereira



Machado, Grêmio Transformação Jovem, Família Nakamura, Unidos do Macari, Zoom Urbanismo, Arquitetura e Design e IVM o cinza e o aspecto degradado dos 96 degraus ganharam cores e vida nas mãos dos voluntários que atuaram nos dois dias, sempre com a participação de cerca de cem crianças. Grafites foram feitos nas paredes; três bancos e um escorregador foram instalados, e mosaicos, colocados nos espelhos dos degraus. Com o poder público, o projeto conseguiu a troca da iluminação por LED. Outras demandas, como a instalação dos corrimãos, por exemplo, ainda não foram atendidas.

“Antes das intervenções, nós fizemos medições de base do uso da escadaria e conseguimos comparar com os resultados quando retornamos meses depois. Houve um aumento substancial do uso e permanência no local. As crianças passam tempo lá, a escadaria virou um lugar de brincar. No início, tinha fila. O único espaço de lazer na escola era um campinho de futebol muito detonado, e agora elas ganharam este espaço”, conclui Rafaella.

Saiba mais em: <https://olheodegrau.cidadera.com/>



Primeira infância melhor

Imagens: Programa Primeira Infância Melhor



Política pública estadual no Rio Grande do Sul, o Primeira Infância Melhor (PIM) é um programa que promove a atenção às famílias com gestantes e filhos de até 6 anos, em maior situação de vulnerabilidade, a partir de sua cultura e experiência. O objetivo é garantir o desenvolvimento físico, intelectual, social e emocional integral das crianças. Criado em 2003 e transformado em lei estadual em 2006, o PIM é pioneiro no país, integra a Rede Nacional Primeira Infância e tem como características a transversalidade e o uso da ludicidade nos atendimentos às famílias.

Para que seja concretizado, o PIM depende da adesão dos municípios gaúchos. Em agosto de 2016, eram 242 participantes. Nas cidades, o programa conta com o Grupo Técnico Municipal (GTM), constituído, minimamente, por integrantes das Secretarias da Saúde, Educação e Assistência Social, com funções de operacionalização do PIM, monitorando e avaliando suas ações e articulando a rede de serviços. Nos territórios, o programa dialoga

com os equipamentos geridos por essas pastas, como o Programa Saúde da Família, as creches e pré-escolas e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), para identificar as famílias mais vulneráveis e com maior necessidade de atendimento.

Ainda em termos de estrutura do programa, há os monitores, responsáveis pela supervisão dos visitantes e pela interlocução dos mesmos com o GTM e com a rede de serviços nas comunidades. Os visitantes municipais são quem realiza o atendimento direto às famílias. Eles costumam ser universitários ou profissionais já formados em áreas como Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Educação Física. A adesão das famílias ao programa é opcional. As visitas são semanais e acontecem em casa ou em espaços comunitários, e as atividades são orientadas por planos individuais traçados de acordo com as necessidades de cada um. Em agosto de 2016, o PIM atendia a 51.700 famílias. No caso de comunidades indígenas e quilombolas, o PIM forma visitantes desses territórios, para garantir o respeito às questões culturais e identitárias.

Em nível estadual, a gestão é realizada a partir da articulação de diferentes secretarias que, coordenadas pela pasta de Saúde, definem as diretrizes e metas para a implementação do PIM, e executam o monitoramento e avaliação da política. O Governo Estadual oferece aos municípios uniformes para os visitantes, material de apoio, treinamento e incentivos financeiros.

Uma das ferramentas de monitoramento do programa é um sistema de informação exclusivo, onde os municípios atualizam dados sobre as famílias. A construção desse sistema é feita com base nas maiores necessidades apresentadas pelas pessoas atendidas, inclusive as crianças, que são ouvidas sobre a forma como vivem e o que gostariam que fosse diferente. De forma



concreta, a partir da identificação das principais vulnerabilidades de cada grupo familiar, os visitantes orientam os adultos sobre como estimular o desenvolvimento infantil, melhorar o acesso à saúde, à educação, à assistência social e a outros serviços que estejam disponíveis e atendam às suas necessidades.

No início, o esforço de sensibilização das famílias para que participassem do programa era maior. Com o tempo, a confiança foi crescendo e os visitantes passaram a ser vistos como aliados na garantia de direitos. Duas especificidades do PIM são a o respeito aos hábitos, crenças e culturas dos adultos responsáveis pelas crianças e o diálogo a partir desses saberes, sempre com vistas a melhorar as condições de vida.

Exemplo da relação de confiança que se dá entre os visitantes do PIM e as famílias é o processo de remoção de uma comunidade onde o programa era implementado na região metropolitana de Porto Alegre, em 2011. O mapeamento realizado pelo grupo técnico municipal identificou que a localidade

era de extrema vulnerabilidade, pois as famílias viviam em casas de palafita, sem saneamento, luz elétrica, com alto índice de violência, incêndios e desaparecimento de crianças. A ocorrência de desnutrição, carência vitamínica, verminose e infecções respiratórias na primeira infância era frequente.

Quando o poder público decidiu pela remoção, os agentes do programa foram fundamentais na construção de diálogo com a comunidade, pois tinham a aceitação das famílias. Junto com lideranças locais e organizações da sociedade civil, eles ajudaram a elevar a confiança dos moradores no processo e a levar suas demandas para a prefeitura. A comunidade exigiu que o novo local de moradia tivesse uma creche para suas crianças, o que foi atendido. Antes, o acesso aos espaços formais de educação era limitado. Com a mudança, o atendimento foi ampliado e, no primeiro momento, os visitantes também atuaram estabelecendo o vínculo de confiança dos pais e responsáveis com os profissionais da unidade escolar e com os agentes comunitários de saúde.

Na creche, além dos cuidados e estímulos, as crianças tiveram acesso à alimentação adequada, o que era uma preocupação frequente, pois as famílias, antes da mudança, não tinham condições mínimas para armazenar os alimentos ou cozinhar, além de poucos recursos para comprar. Além disso, as novas habitações dispunham de serviços de saneamento, uma Unidade Básica de Saúde e CRAS nas redondezas.

Como política pública estadual e que depende da adesão dos municípios para ser implementado, o PIM tem como um dos maiores desafios a sensibilização dos gestores das cidades para que deem continuidade ao programa, independentemente de questões político-partidárias. Por isso, o trabalho de conscientização sobre a importância dos cuidados com a primeira infância é uma constante para a equipe do projeto.

Saiba mais em: <http://www.pim.saude.rs.gov.br/>



Programa de capacitação no brincar

Desde 2000, a IPA Brasil – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar, sediada em São Paulo, – promove o Programa de Capacitação, voltado para jovens e adultos envolvidos na promoção do direito de brincar. Ao todo, 15 mil alunos já passaram pelos cursos, que oferecem três tipos de formação: Agentes do Brincar, Agentes do Brincar Inclusivo e Mediadores do Brincar.

Por meio de parceria com Terre des hommes e o Centro Paula Souza, responsável pela educação tecnológica no Estado de São Paulo, em 2015, a iniciativa passou a oferecer qualificação profissional. Com carga horária de 160 horas e aulas gratuitas, os alunos saem formados para a promoção do direito de brincar em locais como escolas, acampamentos, programas pós-escola, centros comunitários, hospitais e centros de saúde, projetos sociais, brinquedotecas, empreendimentos comerciais (hotéis e shoppings, por exemplo), parques e praças, entre outros. O objetivo agora é promover a regulamentação profissional dessas atividades no país.



Imagem: IPA Brasil

Todos os esforços são empregados no intuito de garantir que o direito de brincar seja respeitado e efetivado com toda a estrutura necessária. No curso, os alunos aprendem que mediar e promover o brincar são diferentes de orientar e interferir: os profissionais proporcionam espaços seguros e adequados para que as crianças brinquem livremente, sem discriminação. Os participantes aprendem sobre as necessidades de brincar na infância, os benefícios dessa atividade, a importância do lúdico, e a centralidade do respeito ao tempo e ao espaço das crianças.

Por ocasião dos encerramentos de cada curso, a IPA promove uma edição do Brincandando, outra iniciativa da organização, para proporcionar aos alunos a experiência prática do que aprenderam em sala de aula. O Brincandando tem o objetivo de criar uma cultura de realização de atividades lúdicas e culturais nos espaços públicos das cidades. O evento se adapta a locais como praças, parques, ruas, escolas, museus, e conta com estações lúdicas com tendas de contação de histórias, brincadeiras musicais, brincadeiras de roda, brincadeiras tradicionais, e construção de brinquedos, dentre outras atividades.

Saiba mais em: <http://www.ipabrasil.org/>



Sementes do nosso quintal

Imagens: Sementes do Nosso Quintal



Uma escola onde o tempo e a natureza da criança são respeitados e orientam a educação. Assim é a Te-Arte, escola privada da capital paulista que inspirou o documentário “Sementes do Nosso Quintal” lançado na 14ª edição do Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA) que aconteceu em junho de 2012 na Cidade de Goiás, e participou da 36ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo tendo sido premiado pelo público como melhor documentário brasileiro. Muito mais do que um belo filme, “Sementes do Nosso Quintal” é uma peça de inspiração para todos os interessados em desenvolver iniciativas relacionadas à primeira infância.

“A Te-Arte pode inspirar políticas públicas, começando pela simplicidade. A ideia não é replicar o método, pois ele só será eficaz se for adequado ao contexto e à comunidade em que está inserido. Em São Paulo, a Terezita

(Tereza Soares Pagani, fundadora da Te-Arte) reparou que faltavam espaços para brincar, estar em contato com a natureza e interagir com pessoas e crianças de outras idades”, afirma a diretora Fernanda Heinz Figueiredo, que estudou na escola quando criança.

Pelas sensíveis lentes do diretor de fotografia do documentário, Rodrigo Menck, descobre-se um espaço que remete aos quintais das casas de interior, cheio de plantas, árvores, terra e animais. O espaço externo é muito valorizado na Te-Arte: é lá que as crianças passam grande parte do tempo, descobrindo-se. O brincar é o que orienta a aprendizagem, pois parte-se do princípio de que toda criança já é naturalmente uma consumidora voraz de conhecimento, apropriando-se dele pela brincadeira e a experimentação.

A alimentação segue o estilo dos quintais e assume-se como uma cozinha caipira. Os

pequenos se deliciam com os alimentos, lambem os pratos e se lambuzam com frutas e frutos. É desta maneira, pela vivência, que a Te-Arte promove uma educação ambiental transformadora.

“Na primeira infância, a educação ambiental está atrelada à experimentação, à brincadeira e ao contato com a natureza, e à percepção pelos sentidos. A criança precisa se sentir bem, feliz, e perceber a natureza no corpo dela, sentir a terra, a areia, o frio, o quente e o vento. Depois, mais crescida, ela adquire informações e transforma as sensações numa consciência, preocupando-se em reciclar, reduzir consumo e economizar energia”, afirma Fernanda, que decidiu documentar a experiência da Te-Arte quando estudava educação ambiental em Barcelona, na Espanha, e se deu conta do pioneirismo do trabalho de Terezita no Brasil.

Outras importantes características da escola são a valorização da cultura popular, do contato entre alunos de diferentes idades e do diálogo. A arte é vista como continuação do brincar, sendo a música um elemento central. Desde cedo, as crianças desenvolvem intimidade com instrumentos, ritmos e danças populares. Celebram-se festas e datas relacionadas à cultura brasileira, a fim de incentivar nos alunos a valorização do saber e da memória popular.

A convivência entre crianças de diferentes idades na Te-Arte, que tem alunos de 8 meses a 7 anos, é uma forma de estimular a aprendizagem. É bom para as crianças observar os maiores, pois elas se reconhecem no processo de descoberta de conhecimento. O letramento, por exemplo, acontece num espaço com acesso aberto para outros alunos. Assim, naturaliza-se a descoberta da leitura e da escrita.

Na Te-Arte, as crianças participam de todas as conversas, seja sobre qual assunto for. A diretora Terezita valoriza a capacidade de compreensão infantil e faz questão de incluir os pequenos nos assuntos que impactam suas vidas. Para viabilizar os diálogos, a linguagem



e o tempo das conversas são apropriados ao universo das crianças.

Apesar da simplicidade que orienta a escola, nada do que acontece ali é simplista ou amador. Terezita dedicou uma vida a estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento infantil. Seu profissionalismo e sua devoção ao bem-estar das crianças ficam claros no documentário. A escola foi fundada em 1975 e seu pioneirismo é tamanho, que já inspirou outras obras, como os livros “Quintal Mágico” e “De Volta ao Quintal Mágico”, da jornalista Dulcília Shroeder Buitoni.

Para Fernanda, todos os esforços para disseminar a importância do trabalho desenvolvido na Te-Arte são fundamentais:

“A ideia do filme era inspirar educadores, mas entendendo educadores de forma ampla. A sociedade inteira é educadora. A cidade é educadora quando assume esta vocação. Precisamos assumir esta responsabilidade de que todos somos educadores, pois, dependendo de como arquitetamos as cidades, podemos educar ou deseducar”.

Saiba mais em: <http://sementesdonossoquintal.com.br/>



Ser criança é natural

Proporcionar o contato das crianças com a natureza, respeitando seu tempo de descoberta e a espontaneidade infantil que pauta esta interação, é o objetivo do projeto Ser Criança é Natural. Criada em 2014 pela educadora Ana Carol Thomé e pela bióloga e socióloga Rita Mendonça, a iniciativa leva os pequenos de até 6 anos e suas famílias para atividades não direcionadas ao ar livre.

“Em 2011, escrevi minha monografia de final de curso como educadora e descobri que o Brasil é o terceiro país onde as crianças menos brincam na natureza. Isso me impressionou e inspirou para tentar promover alguma mudança”, conta Ana Carol que, em busca de aperfeiçoamento, foi para Londres, na Inglaterra, aprender mais sobre as Escolas da Floresta.

As Escolas da Floresta são instituições de ensino localizadas em áreas de natureza abundante, como grandes parques nas cidades. Lá, as crianças estão ao ar livre o tempo todo e a interação com a natureza é profunda.

“Foi impressionante como encontrei crianças totalmente confiantes de si mesmas, com desenvoltura na linguagem e uma criatividade que eu nunca tinha visto”, comenta, para completar: “Aqui, tudo é motivo para a criança não estar do lado de fora. Se bate um vento, já é justificativa. Lá, a regra é estar ao ar livre, independentemente do clima, apenas adequando as vestimentas”.

De acordo com Ana, como as crianças passam cada vez mais horas nas escolas, esses espaços deveriam promover a experiência do contato infantil com a natureza. Mas diante da falta de investimentos neste sentido, Ana e Rita começaram, em 2014, a promover encontros com as famílias ao ar livre.



Imagens: Ser Criança é Natural

Funciona da seguinte forma: acompanhados de dois ou três educadores, os grupos de até 15 famílias se encontram em espaços abertos na Grande São Paulo, interior do estado ou na cidade do Rio. Eles passam aproximadamente duas horas e meia apenas respeitando o ritmo da criança de descoberta do mundo orgânico. Não há atividades direcionadas, só intervenções pontuais, como a oferta de lupas para as mais crescidas explorarem o entorno.

“É preciso ter uma sensibilidade enorme para sentir o ritmo e o tempo da criança, respeitar e entender seu olhar. Os pais costumam vir com expectativas de que vamos fazer muitas atividades, e se surpreendem quando descobrem que nós fazemos aquilo que as crianças nos indicam que querem fazer. Já houve encontros em que a criança passou um tempão apenas jogando terra em cima da folha seca, para ouvir o barulho”, conta Ana Carol.

A interação com os adultos é o maior desafio. Além das expectativas, eles chegam cheios de preocupações sobre as crianças se machucarem ou sujarem. O processo de educação também se dá com os pais, para



que entendam a importância de apenas desfrutar daquele tempo com seus filhos.

A demanda por encontros com bebês aumentou consideravelmente e, no segundo semestre de 2016, o Ser Criança é Natural passou a realizar atividades voltadas especificamente para os pequenos de até 20 meses.

Ana Carol explica que as reações dos bebês e dos mais crescidos são bastante diferentes. Enquanto os menores se concentram nas primeiras descobertas, percebendo o entorno com todo o corpo e observando os mínimos detalhes, as crianças maiores apresentam uma percepção do espaço mais estruturada e demandam alguns desafios por parte dos adultos. Um exemplo de provocação feita é entregar sacos para que elas colem elementos pelos quais se interessem pelo caminho.

O Ser Criança é Natural soma aproximadamente 400 crianças que participaram dos encontros e 30 bebês que estiveram nos eventos exclusivos. A fim de disseminar a filosofia da importância da interação infantil com a natureza, Ana Carol e Rita criaram formações para pais, educadores e pessoas interessadas no tema. Existe um curso online, com duração de um mês. Embora virtual, ele é vivencial, com lições que preveem saídas ao ar livre. A primeira tarefa é dar uma volta no quarteirão com a criança, identificando os elementos orgânicos.

“Não é preciso estar num lugar de natureza abundante para este contato. Tudo depende do conceito. Quando eu falo em natureza, o que vem à cabeça e se ensina na escola é o

verde abundante, mas precisamos descobrir a natureza no nosso entorno”, explica Ana.

Elas também realizam palestras, rodas de conversa e participam de outros espaços coletivos para debater o assunto. Recentemente, criaram uma ação em que famílias de diferentes partes do país se conhecem virtualmente e trocam caixas com itens naturais que têm em sua região, numa dinâmica semelhante a um amigo oculto. É uma forma de fazer as crianças conhecerem cores, cheiros e texturas inéditas e, mais do que trocar elementos orgânicos regionais, enviar e receber afeto.

Além de proporcionar o encontro entre adultos interessados em estar com suas crianças na natureza, o Ser Criança é Natural tem se consolidado como um grande esforço em prol de uma vida mais saudável para os pequenos e toda a família.

Saiba mais em: <https://www.sercriancaenatural.com/>





Território do brincar

Um mergulho respeitoso e profundo na cultura infantil. O projeto Território do Brincar idealizado pela educadora Renata Meirelles e o documentarista David Reeks, é resultado de uma jornada de 19 meses por diferentes comunidades do país, a fim de dar voz às crianças brasileiras por meio de sua atividade mais espontânea e natural:

“Queríamos mostrar às pessoas que brincar é esse que vem do lugar do espontâneo, da liberdade e da autonomia que as crianças têm de decidir o que querem e do que gostam. Trazemos no projeto o que há de semelhança nas brincadeiras, apesar da diversidade regional e de condições sociais e econômicas que marcam o país. Buscamos algo que conecte o brincar como um todo e forme uma memória coletiva que represente a todos. E o que conecta é o imaginário que as crianças expressam no brincar”, explica Renata.

Entre abril de 2012 e dezembro de 2013, Renata, David e seus dois filhos percorreram comunidades rurais, indígenas, quilombolas, grandes metrópoles, sertão e litoral de nove estados brasileiros, registrando a cultura infantil encontrada em cada um desses territórios em textos, vídeos, fotos e áudios. A jornada se desdobrou em diferentes produções culturais: um longa-metragem, dois livros, duas séries de TV infantil, curtas-metragens, artigos e uma exposição itinerante. Além disso, o site do projeto é um grande repositório dessas produções e das brincadeiras registradas durante a jornada.

Em 2016, a série de videoconferências Diálogos do Brincar convidou diversos especialistas para debater as brincadeiras infantis e também está disponível a quem quiser mergulhar neste universo e refletir sobre as condições que as crianças estão encontrando para exercer esse direito em nosso país. Para Renata, ao pensar



Imagens: Território do Brincar

sobre os lugares propícios ao brincar, o mais importante é ter em mente que a potencialidade das crianças para esta atividade é tamanha, que ela se expressa em qualquer contexto, embora isso não justifique falta de atenção das autoridades para a adequação de espaço e condições:

“As crianças enfrentam problemas de toda ordem, mas elas encontram mecanismos para fazer esta rachadura na parede de dificuldades que está na frente delas. Essa força vem do brincar, dessa expressão de vida”, reflete, para logo ressaltar: “As crianças que vivem hoje em espaços urbanos longe da natureza experimentam um abandono da terra mãe. Isso é uma lacuna na formação humana e é insubstituível por outras relações. Muitos estudos sobre o déficit de natureza buscam entender suas consequências. As crianças que vivem em áreas rurais também encontram vulnerabilidades, mas de outras ordens. Algumas vivem o abandono familiar ou uma carência muito grande de meios de ter boas condições de vida”.

Segundo a educadora, o contato intenso com a natureza experimentado por crianças que vivem longe dos centros urbanos é claramente expresso nas brincadeiras e na



relação que os pequenos estabelecem com suas próprias naturezas pessoais e com o conhecimento que apresentam de si mesmos. As crianças que vivem nas grandes cidades costumam brincar mais em casa e nos playgrounds de condomínios e nas escolas. A rua fica restrita às classes mais baixas, cujo acesso é permitido, mas sempre sob muita vigilância e preocupação familiar. No espaço urbano, Renata repara numa brincadeira muito verborrágica, que expressa os elementos da diversidade própria das grandes cidades.

As áreas comuns para a brincadeira nos centros urbanos são a escola e os playgrounds, públicos ou privados. Elas costumam ser construídas sob uma perspectiva do brincar direcionado, contrapondo-se à necessidade das crianças de ter liberdade de expressão.

“Tenho feito um trabalho com educadores e tentado identificar os elementos de espontaneidade junto com os professores. Percebo a dificuldade deles em saber o que é espontâneo e de detectar a espontaneidade nas crianças. Os pequenos estão numa verdadeira batalha por essa busca nas escolas, um lugar que traz atividades muito dirigidas, mas pouco respiro para os alunos serem quem eles realmente são. Acho que os educadores estão precisando acreditar mais nessa capacidade do brincar, para que ele ocorra com mais qualidade e para que a própria escola usufrua disso”, diz Renata.

No que diz respeito aos espaços públicos de convivência, eles também reproduzem esse controle e direcionamento identificado nas escolas, com ofertas de brinquedos que não desafiam os pequenos.

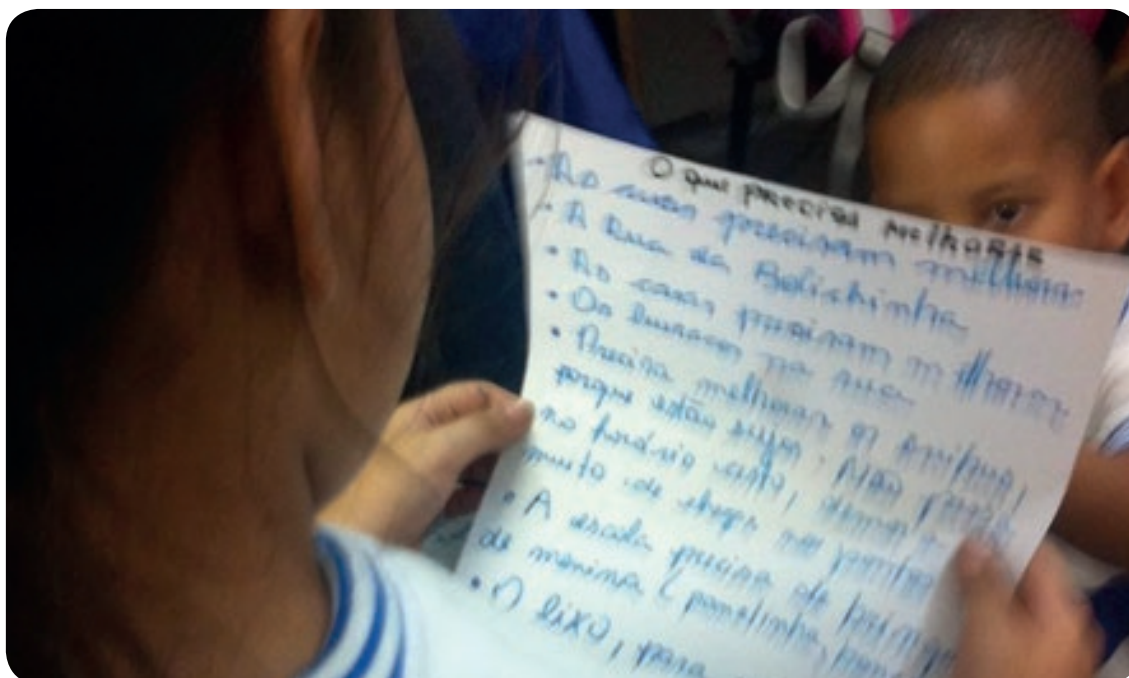
“Antes, os playgrounds eram feitos por arquitetos, com outro nível de risco e possibilidades motoras vastas, mas hoje eles estão muito engessados. Vejo um encontro muito rico e necessário nos espaços públicos, mas há uma visão controladora do brincar, um medo muito grande por parte dos adultos. E isso despontencializa a criança. A falta de possibilidades motoras gera uma flacidez de possibilidades corporais, que repercute no âmbito do desejo, do conhecimento de si mesmo, da sua força como ser humano”.

Território do Brincar traz o retrato de uma infância diversa e potente, de crianças que criam suas brincadeiras e brinquedos, fugindo aos estereótipos da infância atual, que faz muitos adultos acreditarem que os pequenos já não brincam como antes, e tentam suprir o que consideram o vazio de ludicidade com o consumo.

“Não ter brinquedo não impede que uma criança brinque. Elas inclusive fabricam seus próprios brinquedos. O brincar vem de dentro. Consumir brinquedo não tem a ver com infância, tem a ver com o mercado”, conclui.

Saiba mais em: <http://territoriodobrincar.com.br/>





Vozes da Cidade

O projeto Vozes da Cidade: Crianças e Adolescentes Participando da Construção de Salvador tem o objetivo de viabilizar que crianças e jovens produzam transformações em suas vidas e na cidade, reduzindo desigualdades. Para isso, seu instrumento de ação é a participação social, que já envolveu mais de cem crianças e 600 adolescentes. A iniciativa é parte do programa Plataforma dos Centros Urbanos (PCU), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que, na capital baiana, estabeleceu parceria com a ONG Avante – Educação e Mobilização Social. O projeto também tem apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) e da Prefeitura Municipal. A PCU acontece ainda em oito capitais do país.

O diferencial do Vozes da Cidade entre as outras iniciativas que compõem o PCU é a inclusão da participação infantil como estratégia, enquanto em outros locais o

protagonismo é dos jovens. O processo de escuta do projeto aconteceu ao longo do ano de 2015. Em paralelo, houve um esforço de sensibilização e articulação com técnicos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e conselheiros, sobre a importância da participação de crianças e adolescentes na construção de políticas públicas. Salvador está organizada em dez subprefeituras, que agregam aproximadamente 160 bairros. Para que o projeto resultasse num conjunto de demandas que fossem representativas de toda a cidade, a equipe do Vozes mapeou coletivos de adolescentes em cada subprefeitura, realizou as escutas com os integrantes dessas iniciativas e fez um trabalho de sensibilização para que se articulassem com outros grupos, a fim de disseminar a perspectiva da participação social. No caso das crianças, foram identificadas organizações infantis, como espaços de brincar e Centros de Referência e Assistência Social, e escolas públicas e privadas, para a realização das oficinas de

escuta. Foram ouvidas crianças na primeira infância e com idade até 12 anos.

Com os pequenos de 0 a 6 anos, as sessões de escuta se dividiam entre crianças de 1, 4 e 6 anos, pois, para cada idade, a necessidade de uma metodologia específica se coloca. A equipe do projeto, sempre em dupla – dois instrutores para cada grupo de escuta – também tentou aproveitar as dinâmicas já usadas nas instituições onde estavam, uma vez que buscaram identificar espaços que trabalhassem com participação infantil, ou ao menos apresentassem maior sensibilidade ao tema. Em geral, as crianças conversavam, contavam histórias, brincavam e desenhavam, inclusive crianças com autismo, para expressar como o cotidiano da cidade afeta suas vidas. Para estabelecer a relação de confiança com os adultos do Vozes, os pequenos expressavam uma exigência em comum: que eles brincassem junto. Brincar é a atitude natural da infância. Como confiar numa pessoa que não brinca?

Os temas tratados foram segurança, mobilidade, condições e espaços de educação, brincar, cultura, lazer e saúde. A todos os pequenos foi feita a pergunta: o que você faria se fosse o prefeito da cidade? Outra dinâmica para estimular a fala era pedir que eles contassem, por exemplo, como era o caminho entre suas casas e o local onde estavam: o que viam, do que gostavam, o que queriam que fosse diferente. Uma criança de 5 anos desenhou o ônibus lotado, o ponto cheio e as pessoas com as mãos estendidas pedindo que o veículo parasse, mas ele passava direto... Longas horas no engarrafamento, medo de assalto e carros estacionados nas calçadas atrapalhando a passagem foram outras questões apontadas no tema da mobilidade, inclusive por crianças de escolas privadas, de famílias de classe média e alta, que costumam usar transporte particular para ir à escola. Em tempo: para quem anda de ônibus, esse é um passeio legal, porque “dá para ver a cidade do alto”. Mas as condições do veículo precisam ser agradáveis: enjoos em ônibus cheios foram muito relatados.

O medo é um elemento muito concreto na vida das crianças. Nas classes sociais mais



pobres, o temor maior é de aspectos da realidade, menos de elementos lúdicos, como monstros e fantasmas. Os pequenos de famílias com melhores condições de vida demonstram maior presença de componentes fantasiosos ao contar do que têm medo, mas também citaram questões que atravessam seu dia a dia. Ao falar da violência, diziam ter medo de assalto. Os filhos das famílias mais pobres afirmavam temer assaltos e a polícia. A equipe percebeu que o medo que se origina na imaginação é, muitas vezes, suprimido, pois as crianças estão muito impactadas pelo contato com a tecnologia, especialmente a internet. Mas um elemento aparece como o fiel da balança no resgate da fantasia para a experiência infantil no mundo: o contato com a natureza. As crianças que frequentam ambientes naturais, como parques, citaram mais elementos lúdicos e imaginativos ao listar o que mais as assusta.

Com o processo de escutas encerrado, o Vozes da Cidade está no momento de realização de fóruns nos territórios das dez subprefeituras de Salvador, para apresentar às crianças e adolescentes os resultados das oficinas e do processo de articulação com os técnicos do SGD. A ideia é que o conteúdo possa incidir sobre a elaboração dos planos de diretrizes da cidade. E existe um compromisso firmado pela prefeitura de implementar ações baseadas nos resultados do projeto para combater a desigualdade e oferecer mais possibilidades às crianças e adolescentes de terem suas vozes escutadas na cidade onde vivem.

Saiba mais em: <https://www.facebook.com/Projeto-Vozes-da-Cidade-945098015532707/>

Considerações finais

A política municipal referente à vivência das crianças nos locais onde habitam precisa ser guiada pelo conceito do direito à cidade que, em última instância, preconiza a participação social e a valorização do bem-estar das pessoas, em detrimento dos interesses privados. Na primeira infância, isso significa garantir que toda a cidade proporcione aos pequenos os direitos ao desenvolvimento integral, ao brincar e ao cuidado. Os bebês e as crianças nas idades iniciais demandam a atenção do poder público não apenas na saúde, educação e assistência social, restando aos pais responsabilidade sobre as outras questões. Como todos os outros cidadãos, a vivência infantil no espaço é complexa e multifacetada, e é assim que a política pública para esta fase da vida deve ser pensada. A cidadania das crianças nos municípios ultrapassa as fronteiras dos espaços tradicionalmente direcionados à infância e se estende a todos os locais onde elas queiram e precisem estar.

Embora este documento esteja dividido por capítulos temáticos, o texto buscou mostrar a importância de se pensar as políticas de forma integrada, e não compartimentada. Os temas dialogam intimamente entre si. A participação infantil e a necessidade de se garantir o acesso das crianças ao espaço público, especialmente a rua e locais com natureza, atravessam todas as seções. Não à toa, o capítulo sobre participação abre o documento.

As históricas desigualdades sociais que marcam nossa sociedade, somadas aos hábitos de vida atuais, têm feito com que as crianças brasileiras passem cada vez mais tempo em lugares fechados. Como dito anteriormente, isso impacta a saúde e o desenvolvimento social infantil. Humanizar as ruas das cidades brasileiras é urgente. Via pública também é lugar de criança andar, brincar, usar bicicleta ou patins, passear, e fazer e reforçar amizades, sempre com a devida segurança. Mesmo nos bairros onde a natureza não é abundante, estar ao ar livre

faz um bem enorme. Mas isso não minimiza a centralidade da preservação ambiental na política municipal para a primeira infância, uma vez que as crianças precisam estar em contato com tudo o que é vivo e orgânico. A riqueza da biodiversidade de cada local não pode ser desprezada ou substituída por obras de concreto, sem que se acumulem prejuízos para toda a população, agora e no futuro.

Brincar e se desenvolver de forma lúdica é um direito infantil e não uma concessão dos adultos para as crianças. Por isso, é necessário ter orçamento, estrutura e lugares específicos para estas finalidades. As brincadeiras e a cultura também devem invadir os espaços tradicionais de educação. Uma escola formadora, que educa para a vida, estende sua atuação para além de seus muros e abre as portas para a comunidade onde está inserida.

No que diz respeito às políticas de moradia e saneamento, a participação social deve ser central. Esses são temas sensíveis especialmente para as crianças em situação de pobreza, aquelas que, com mais urgência, precisam da atenção do poder público. Garantir política de habitação e pensar no saneamento como prioridade é uma questão de justiça social.

Com este trabalho, esperamos colaborar efetivamente para a elaboração de políticas públicas para qualificar a vivência das crianças nas cidades onde habitam. As ideias aqui apresentadas foram consolidadas a partir de entrevistas com especialistas e leituras de documentos específicos sobre os temas abordados. Mas o texto não se esgota aqui. As sugestões apresentadas têm o objetivo de incentivar uma primeira reflexão. A Rede Nacional Primeira Infância reúne diversas experiências enriquecedoras que podem ser estudadas, assim como especialistas que podem ser consultados. Uma lista apresentada na seção “Leia mais sobre o assunto” traz algumas indicações de aprofundamento.

Para saber mais

RNPI

Fundada em 2007, a **Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)** é uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, governo, setor privado, outras redes e organizações multilaterais que atuam, direta ou indiretamente, pela promoção e garantia dos direitos da Primeira Infância – sem discriminação étnico-racial, de gênero, regional, religiosa, ideológica, partidária, econômica, de orientação sexual ou de qualquer outra natureza. Conta, atualmente, com mais de 160 organizações de todas as regiões do Brasil.

A RNPI surgiu com a proposta de se tornar um espaço de visibilidade e escuta das crianças na defesa de seus direitos, partindo do reconhecimento de que elas são sujeitos de direito desde os primeiros momentos de vida, e não apenas pequenos indivíduos caminhando para a vida adulta, quando, então, terão sua cidadania reconhecida. Os direitos das crianças incluem saúde, educação, alimentação, moradia, lazer, espaços para brincar, cultura, convivência familiar, liberdade, dignidade e participação na sociedade.

PNPI

A fim de incidir sobre a formação de políticas públicas que garantam a efetivação de todos os direitos das crianças, a RNPI lançou, em 2010, o **Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI)**. O documento é resultado da ampla participação social, incluindo as crianças, e do governo, e foi elaborado em rede, trazendo diretrizes para a construção de políticas de estado, e não de governo. Seu objetivo é orientar ações na defesa, promoção e realização dos direitos das crianças pequenas até 2022.

PMPI

Os municípios são responsáveis pela garantia de grande parte dos direitos da infância no Brasil, além de serem o habitat primeiro das crianças. Por isso, são eles que devem viabilizar aos pequenos as melhores condições para seu desenvolvimento integral, por meio da elaboração e efetivação de políticas públicas para a infância. A RNPI tem atuado para incentivar que governos, famílias e sociedade atuem juntos para elaborar os **Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI)**, e implementá-los. O objetivo é garantir que o Brasil construa cidades para as crianças, uma vez que uma cidade boa para elas é uma cidade boa para todos.

O GUIA



Esta publicação, com textos objetivos e sugestões práticas, é destinada a Prefeitos e Prefeitas, cuja liderança é fundamental para inspirar e orientar suas equipes na tarefa de elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância e iniciar a sua implementação.

Sites institucionais

Aliança pela Infância:

<http://aliancapelainfancia.org.br/>

Associação Comunitária Monte Azul:

<http://www.monteazul.org.br/home.php>

Avante – Educação e Mobilização Social:

<http://www.avante.org.br/>

Cecip:

<http://www.cecip.org.br/site/>

Cia de teatro La Casa Incierta:

<http://lacasaincierta.com/>

CriaCidade:

<http://www.criacidade.com.br/>

Criança e Natureza:

<http://criancaenatureza.org.br/biblioteca/>

Criança Segura:

<http://criancasegura.org.br/page/biblioteca>

Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos

Saudáveis:

<http://www.ebbs.iff.fiocruz.br/ebbs/>

Fundação Abrinq:

<http://www.fundabrinq.org.br/>

Ifan:

<http://www.ifan.com.br/projetos/>

Instituto Alana:

<http://alana.org.br/>

IPA:

<http://www.ipabrasil.org/>

Rede Nacional da Primeira Infância:

<http://primeirainfancia.org.br/>

Sites de iniciativas para acompanhar

A Cidade das Crianças:

<http://www.lacittadeibambini.org/>

A Pé, Estudos em Mobilidade:

<http://www.apemobilidade.org/>

Associação Internacional de Cidades Educadoras:

<http://www.cidadeseducadorasbrasil.net.br/Default.aspx>

Blog passos e espaços, no Mobilize, por Irene Quintáns:

<http://www.mobilize.org.br/blogs/passos-e-espacos/>

Casa das Cinco Pedrinhas:

<http://www.casadas5pedrinhas.com.br/>

Observatório das Metrôpoles:

<http://www.observatoriodasmetropoles.net/>

Red Ocara:

<http://www.redocara.com/>

São Paulo Carinhosa:

<http://www.saopaulocarinhosa.prefeitura.sp.gov.br/>

Sementes do Nosso Quintal:

<http://sementesdonossoquintal.com.br/>

Territórios do Brincar:

<http://territoriodobrincar.com.br/o-projeto/>

Documentos para download

A Insetorialidade nas Políticas Públicas para a Primeira Infância:
<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/GUIA-INTERSETORIAL.pdf>

Carta de Recomendações para Concretizar o Direito de Brincar:
http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/RNPI_CARTA-Recommendacoes.pdf

Documento do IPA Brasil sobre impacto das condições ambientais no direito ao brincar:
<http://primeirainfancia.org.br/ipa-brasil-divulga-documento-sobre-impacto-das-condicoes-ambientais-no-direito-ao-brincar/>

Guia do Brincar:
<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/05/GUIA-DO-BRINCAR-vers%C3%A3o-online-.pdf>

Guia para a Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância:
<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Guia-de-Elaboracao-dos-Planos-Municipais-com-logo-Plan.pdf>

Marco Legal da Primeira Infância:
<http://primeirainfancia.org.br/category/acervo/>

O Plano Nacional na Voz das Crianças: Deixa eu Falar:
http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Ceci-DEIXA-EU-FALAR_novembro2011_email.pdf

O que a criança não pode ficar sem, por ela mesma: participação infantil no Plano Nacional pela Primeira Infância:
<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/OQCriancaNPodeFicarSemPorElaMesma.pdf>

Orçamento Primeira Infância:
<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/orcamento-primeira-infancia.pdf>

Plano Nacional pela Primeira Infância: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/PPNI-resumido.pdf>

Referências

- BOCCACCIO, Gabriela. A importância dos deslocamentos ativos na infância e adolescência. São Paulo, 2016. Disponível em <http://www.mobilize.org.br/blogs/cidade-ativa/sem-categoria/a-importancia-dos-deslocamentos-ativos-na-infancia-e-adolescencia/>
- BRASIL, IPA. O Direito das Crianças a Brincar e ao Meio Ambiente. São Paulo, 2016. Disponível em <http://primeirainfancia.org.br/ipa-brasil-divulga-documento-sobre-impacto-das-condicoes-ambientais-no-direito-ao-brincar/>
- BRITTO, Ana Lúcia. Saneamento básico nas cidades brasileiras. São Paulo: Jornal Estado de São Paulo, 2012. Também disponível em http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1771%3Asaneamento-basico-nas-cidades-brasileiras&catid=92%3Aartigos-serie-eleicoes-municipais-&Itemid=124&lang=pt#
- HORTÉLIO, Lydia. Criança, Natureza e Cultura Infantil. Salvador. Disponível em http://www.memoriasdofuturo.com.br/admin/arquivos/arq_2_128.pdf
- IKUTA, Fabrício Mitiko. Processo de Produção Habitacional: Análise do Conjunto Habitacional Vila União da Juta. São Paulo, 2013. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102131/tde-29042014-144609/pt-br.php>
- OLIVEIRA, Sônia e SIMÕES, Celso. Meio ambiente urbano: mortalidade na infância, saneamento básico e políticas públicas. Caxambu, 2006. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_142.pdf
- PIRES, Ana Carolina Thomé. Criança e Natureza: uma relação de sensibilidade e encantamento. São Paulo, 2011. Disponível em http://www.institutoroma.org.br/artigos/crianca_e_natureza.pdf
- QUINTÁNS, Irene. Importância dos espaços urbanos e direito à cidade para a educação, saúde e desenvolvimento da criança. Brasília, 2014. Disponível em http://www.senado.leg.br/senado/programas/infanciaepaz/detalha_artigo.asp?data=28/11/2014&codigo=2778
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Desastres Urbanos: que lição tirar? Rio de Janeiro, 2011. Disponível em http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1555%3Adesastres-urbanos-que-licaotirar-&catid=34%3Aartigos&Itemid=124&lang=pt#
- RNPI, Deixa eu falar! Brasília, 2010. Disponível em http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Ceci-DEIXA-EU-FALAR_novembro2011_email.pdf
- RNPI, O Direito de Brincar de Todas as Crianças. Fortaleza. 2014 Disponível em <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/05/GUIA-DO-BRINCAR-vers%C3%A3o-online-.pdf>
- RNPI. O que a criança não pode ficar sem por ela mesma. São Paulo, 2010. Disponível em <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/OQCriancaNPodeFicarSemPorElaMesma.pdf>
- RNPI. Plano Nacional pela Primeira Infância. Brasília, 2010. Disponível em <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/PNPI-Completo.pdf>
- TIRIBA, Léa. Crianças da Natureza. Belo Horizonte, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7161-2-9-artigo-mec-criancas-natureza-lea-tiriba/file>

As crianças de 0 a 6 anos são cidadãos plenos no presente, e não apenas sujeitos em construção. Se forem tratadas como tais nas cidades onde vivem, a intensidade que caracteriza o desenvolvimento na primeira infância será marcada por uma vivência social de tamanho impacto, que poderá tornar os espaços onde vivemos mais saudáveis e justos, não apenas no futuro, mas já nos dias atuais.

Nesta perspectiva, a relação dos pequenos com o ambiente físico e com a organização cultural e política da vida nos municípios é central.

Ciente disso, a **Rede Nacional Primeira Infância** elaborou este documento, com o objetivo de apoiar os gestores públicos na elaboração dos **Planos Municipais pela Primeira Infância**, no que diz respeito à ação finalística *A Criança e o Espaço: a cidade e o meio ambiente*, do **Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI)**.

REALIZAÇÃO



SECRETARIA EXECUTIVA RNPI
(TRIÊNIO 2015-2017)



APOIO



Instituto C&A